

# Relatório da Conta de Gerência da Assembleia da República 2016



**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**  
**RELATÓRIO**  
Gerência – 2016



# **RELATÓRIO ANUAL**

Gerência de 2016



**XIII LEGISLATURA**  
**1 de janeiro a 31 de dezembro**

Presidente da Assembleia da República

Eduardo Ferro Rodrigues

Vice-Presidentes

José Manuel de Matos Correia

Jorge Lacão Costa

José Manuel Marques da Silva Pureza

Teresa Margarida Figueiredo de Vasconcelos Caeiro

Secretários da Mesa

Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco

Idália Maria Marques Salvador Serrão

Moisés Salvador Coelho Ferreira

Abel Lima Baptista (de 01/01 a 15/09/2016)

António Carlos Bivar Branco de Penha Monteiro (de 14/10 a 31/12/2016)

Vice-Secretários da Mesa

Emília de Fátima Moreira dos Santos

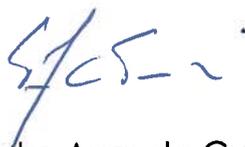
Pedro Filipe dos Santos Alves

Diogo Feijóo Leão Campos Rodrigues

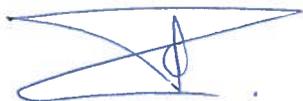
Sandra Maria Pereira Pontedeira

XIII LEGISLATURA  
1 de janeiro a 31 de dezembro

## Conselho de Administração



Pedro Augusto Cunha Pinto  
Presidente



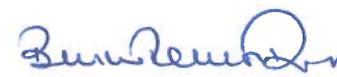
Eurídice Maria de Sousa Pereira  
Representante do GP do PS



José Paulino Carvalho de  
Ascensão  
Representante do GP do BE



João Guilherme Nobre Prata  
Fragoso Rebelo  
Representante do GP do CDS-PP



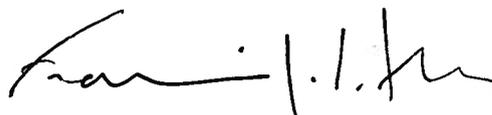
Bruno Ramos Dias  
Representante do GP do PCP



José Luís Teixeira Ferreira  
Representante do GP do PEV



Albino de Azevedo Soares  
Secretário-Geral



Francisco José Pereira Alves  
Representante dos Funcionários Parlamentares

## Glossário

<b>AHP</b>	Arquivo Histórico Parlamentar
<b>ANCV</b>	Assembleia Nacional de Cabo Verde
<b>ANSTP</b>	Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe
<b>APCE</b>	Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa
<b>AP-CPLP</b>	Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
<b>AP-UpM</b>	Assembleia Parlamentar da União para o Mediterrâneo
<b>APM</b>	Assembleia Parlamentar do Mediterrâneo
<b>APNATO</b>	Assembleia Parlamentar do Atlântico Norte
<b>APOSCE</b>	Assembleia Parlamentar da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa
<b>AR</b>	Assembleia da República
<b>ARM</b>	Assembleia da República de Moçambique
<b>ASG – PLP</b>	Associação dos Secretários Gerais dos Países de Língua Portuguesa
<b>ASG – UIP</b>	Associação dos Secretários Gerais da União Interparlamentar
<b>BE</b>	Bloco de Esquerda
<b>BIB</b>	Biblioteca
<b>CAC</b>	Centro de Acolhimento ao Cidadão
<b>CADA</b>	Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos
<b>CEGER</b>	Centro de Gestão da Rede Informática do Governo
<b>CDS-PP</b>	Centro Democrático Social – Partido Popular
<b>CFBD-ADN</b>	Conselho de Fiscalização da Base de Dados de Perfis de ADN
<b>CFPI</b>	Centro de Formação Parlamentar e Interparlamentar
<b>CFSI</b>	Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa
<b>CFSIIC</b>	Conselho de Fiscalização do Sistema Integrado de Informação Criminal
<b>CIC - RP</b>	Centro de Informação ao Cidadão e Relações Públicas
<b>CINF</b>	Centro de Informática da Assembleia da República
<b>CJP</b>	Conselho dos Julgados de Paz
<b>CNE</b>	Comissão Nacional de Eleições
<b>CNECV</b>	Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida
<b>CNPD</b>	Comissão Nacional de Proteção de Dados
<b>CNPMA</b>	Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida
<b>DAC</b>	Divisão de Apoio às Comissões
<b>DAR</b>	Diário da Assembleia da República
<b>DAPAT</b>	Divisão de Aprovisionamento e Património
<b>DAPLEN</b>	Divisão de Apoio ao Plenário
<b>DE</b>	Divisão de Edições

<b>DGF</b>	Divisão de Gestão Financeira
<b>DILP</b>	Divisão de Informação Legislativa e Parlamentar
<b>DP</b>	Divisão de Protocolo
<b>DR</b>	Diário da República
<b>DRAA</b>	Divisão de Redação e Apoio Audiovisual
<b>DRHA</b>	Divisão de Recursos Humanos e Administração
<b>DRI</b>	Divisão de Relações Internacionais
<b>DSAF</b>	Direção de Serviços Administrativos e Financeiros
<b>DSATS</b>	Direção de Serviços de Apoio Técnico e Secretariado
<b>DSDIC</b>	Direção de Serviços de Documentação e Informação ao Cidadão
<b>ERC</b>	Entidade Reguladora para a Comunicação Social
<b>FPIA</b>	Fórum Parlamentar Ibero-americano
<b>GABSG</b>	Gabinete do Secretário-Geral
<b>GARIP</b>	Gabinete de Relações Internacionais e Protocolo
<b>GCOE</b>	Gabinete de Controlo Orçamental Externo
<b>GDP</b>	Grupo Desportivo Parlamentar
<b>GME</b>	Gabinete Médico
<b>GP</b>	Grupo Parlamentar
<b>GR%</b>	Grau de Execução (percentagem)
<b>LOFAR</b>	Lei de Organização e Funcionamento dos Serviços da Assembleia da República
<b>NATO</b>	Organização do Tratado do Atlântico Norte
<b>OAR</b>	Orçamento da Assembleia da República
<b>OE</b>	Orçamento de Estado
<b>OSCE</b>	Organização para a Segurança e Cooperação na Europa
<b>PAR</b>	Presidente da Assembleia da República
<b>PCP</b>	Partido Comunista Português
<b>PDR</b>	Partido Democrático Republicano
<b>PEV</b>	Partido Ecologista "Os Verdes"
<b>PLC</b>	Processo Legislativo Comum
<b>PNTL</b>	Parlamento Nacional de Timor-Leste
<b>POC-AR</b>	Plano Oficial de Contabilidade da Assembleia da República
<b>PS</b>	Partido Socialista
<b>PSD</b>	Partido Social Democrata
<b>SAR</b>	Serviços da Assembleia da República
<b>SIGAR</b>	Sistema Integrado de Gestão da Assembleia da República
<b>UIP</b>	União Interparlamentar
<b>UTAO</b>	Unidade Técnica de Apoio Orçamental

## Índice

<b>NOTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b>	<b>10</b>
<b>1. ENQUADRAMENTO ORÇAMENTAL</b>	<b>12</b>
1.1 OAR 2016	12
1.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL — 2016	15
<b>2. ATIVIDADES PARLAMENTARES</b>	<b>19</b>
2.1 GABINETES DE APOIO DOS GRUPOS PARLAMENTARES	22
2.2 COMISSÕES PARLAMENTARES	23
2.3 RELAÇÕES PARLAMENTARES INTERNACIONAIS	25
2.4 CERIMÓNIAS E SESSÕES SOLENES	26
2.5 PARLAMENTO DOS JOVENS	26
2.6 OUTROS ENCARGOS PARLAMENTARES	28
<b>3. ATIVIDADES DE APOIO</b>	<b>28</b>
3.1 GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	29
3.2 FORMAÇÃO	33
3.3 ATIVIDADE CULTURAL E DE COMUNICAÇÃO	34
3.4 FUNCIONAMENTO	37
<b>4. ATIVIDADE EDITORIAL</b>	<b>39</b>
<b>5. COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR</b>	<b>41</b>
5.1 BILATERAL	41
5.2 MULTILATERAL	41
<b>6. GESTÃO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO</b>	<b>42</b>
<b>7. INVESTIMENTOS</b>	<b>45</b>
7.1 INVESTIMENTOS REALIZADOS EM 2016	45
7.2 PROJETOS TRANSITADOS PARA 2017	48
<b>8. FINANCIAMENTO</b>	<b>49</b>
8.1 ENTIDADES AUTÓNOMAS	49
8.2 SUBVENÇÕES PÚBLICAS	50
<b>9. EXECUÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>51</b>
9.1 DAS DESPESAS	51
9.2 DAS RECEITAS	54
<b>11. SITUAÇÃO PATRIMONIAL DA AR A 31 DE DEZEMBRO DE 2016</b>	<b>56</b>
<b>NOTA FINAL</b>	<b>59</b>

## Índice de Quadros

<b>QUADRO 1</b>	ORÇAMENTO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA EM 2016	<b>14</b>
<b>QUADRO 2</b>	SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	<b>15</b>
<b>QUADRO 3</b>	SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL SEM TRANSFERÊNCIAS PARA ENTIDADES AUTÓNOMAS E SEM SUBVENÇÕES ESTATAIS	<b>16</b>
<b>QUADRO 4</b>	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL POR ATIVIDADES	<b>16</b>
<b>QUADRO 5</b>	EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	<b>18</b>
<b>QUADRO 6</b>	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA “ATIVIDADE PARLAMENTAR”	<b>21</b>
<b>QUADRO 7</b>	EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS COM A “ATIVIDADE PARLAMENTAR”	<b>22</b>
<b>QUADRO 8</b>	EVOLUÇÃO DAS DESPESAS COM DESLOCAÇÕES AO ESTRANGEIRO	<b>25</b>
<b>QUADRO 9</b>	EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DE ESCOLAS E ALUNOS NO PARLAMENTO DOS JOVENS	<b>27</b>
<b>QUADRO 10</b>	QUOTIZAÇÕES INTERNACIONAIS	<b>28</b>
<b>QUADRO 11</b>	ENCARGOS COM AS “ATIVIDADES DE APOIO”	<b>29</b>
<b>QUADRO 12</b>	EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS COM “ATIVIDADES DE APOIO”	<b>29</b>
<b>QUADRO 13</b>	ATIVIDADE EDITORIAL 2016	<b>40</b>
<b>QUADRO 14</b>	EVOLUÇÃO DOS MONTANTES ORÇAMENTADOS PARA INVESTIMENTO	<b>46</b>
<b>QUADRO 15</b>	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DOS INVESTIMENTOS	<b>46</b>
<b>QUADRO 16</b>	PROJETOS COM ENCARGOS TRANSITADOS PARA 2017	<b>48</b>
<b>QUADRO 17</b>	EVOLUÇÃO DO FINANCIAMENTO DAS ENTIDADES	<b>49</b>
<b>QUADRO 18</b>	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO FINANCIAMENTO DAS ENTIDADES	<b>50</b>
<b>QUADRO 19</b>	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL E FINANCEIRA (POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA)	<b>52</b>
<b>QUADRO 20</b>	ENCARGOS TRANSITADOS PARA 2017 (POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA)	<b>53</b>
<b>QUADRO 21</b>	EVOLUÇÃO DAS RECEITAS	<b>54</b>
<b>QUADRO 22</b>	GRAU DE REALIZAÇÃO DAS RECEITAS EM 2016	<b>55</b>

## Índice de Gráficos

<b>GRÁFICO 1</b>	EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS DE 2013 A 2016	<b>17</b>
<b>GRÁFICO 2.1</b>	DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA POR GRUPOS ECONÓMICOS EM 2016	<b>18</b>
<b>GRÁFICO 2.2</b>	DISTRIBUIÇÃO DOS ENCARGOS NO AGRUPAMENTO DESPESAS COM PESSOAL EM 2016	<b>19</b>
<b>GRÁFICO 3</b>	PESSOAL AFETO AOS GABINETES DE APOIO AOS GRUPOS PARLAMENTARES E AO DEPUTADO ÚNICO REPRESENTANTE DE UM PARTIDO	<b>23</b>
<b>GRÁFICO 4</b>	EVOLUÇÃO DAS REUNIÕES, AUDIÇÕES E AUDIÊNCIAS DAS COMISSÕES PARLAMENTARES	<b>25</b>
<b>GRÁFICO 5</b>	EVOLUÇÃO DO MAPA DE EFETIVOS POR GRUPOS PROFISSIONAIS/CARREIRAS	<b>30</b>
<b>GRÁFICO 6</b>	EFETIVOS POR ESCALÕES ETÁRIOS	<b>31</b>
<b>GRÁFICO 7</b>	EFETIVOS POR NÍVEL DE ANTIGUIDADE	<b>31</b>
<b>GRÁFICO 8</b>	EFETIVOS POR NÍVEL HABILITACIONAL	<b>32</b>
<b>GRÁFICO 9</b>	FUNCIONÁRIOS POR GRANDES ÁREAS DE ATIVIDADE	<b>32</b>
<b>GRÁFICO 10.1</b>	EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE VISITAS GUIADAS (DIAS ÚTEIS E SÁBADOS)	<b>35</b>
<b>GRÁFICO 10.2</b>	DISTRIBUIÇÃO DAS VISITAS GUIADAS POR GRUPOS DE PÚBLICO-ALVO (DIAS ÚTEIS)	<b>35</b>
<b>GRÁFICO 11</b>	EVOLUÇÃO DE ASSISTÊNCIAS A SESSÕES PLENÁRIAS	<b>36</b>
<b>GRÁFICO 12</b>	NÚMERO DE VISITANTES DO PORTAL DO PARLAMENTO	<b>36</b>
<b>GRÁFICO 13</b>	EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE EDITORIAL 2012-2016	<b>40</b>
<b>GRÁFICO 14</b>	EVOLUÇÃO DAS VENDAS NA LIVRARIA PARLAMENTAR 2012-2016	<b>55</b>
<b>GRÁFICO 15</b>	EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS	<b>56</b>

## Nota do Conselho de Administração

Nos termos do n.º 1 do artigo 59.º da LOFAR, o Conselho de Administração elabora o **Relatório** e a **Conta** relativos à Gerência de 2016, com os elementos que foram, para o efeito, organizados e trabalhados pelos competentes Serviços da Assembleia da República, sob direta coordenação do Secretário-Geral.

O Relatório que se apresenta traduz - tendo em conta as alterações que ao longo do ano de 2016 foram introduzidas no OAR inicial, aprovado no Plenário em 12 de fevereiro de 2016 -, as características gerais, na vertente orçamental e financeira, da gestão da AR, destacando-se, desde logo, a necessidade de corresponder às obrigações expressas na lei para o pagamento, no ano de 2016, das subvenções públicas para as campanhas concernentes à eleição do Presidente da República, realizada a 24 de janeiro e à eleição para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, realizada a 29 de março, bem como das subvenções aos Partidos e aos Grupos Parlamentares, em função dos resultados obtidos nas últimas eleições legislativas (outubro de 2015).

Na globalidade das despesas, geriu-se um total orçamentado de **€124.723.691,21** encontrando-se nesta verba incluídas as **transferências para as “Entidades Autónomas”** e as **“Subvenções aos Partidos Políticos”** e **“Subvenções públicas para às campanhas eleitorais”**, com um nível global de **execução de 72,7%**, da qual:

- **€88.776.572,02- Despesa total – atividade da AR**, com execução de **69,9%**, da qual:
  - **€77.946.470,02** - Despesas Correntes - **atividade da AR**, com execução de **77,3%**;
  - **€10.830.102** - Despesas de Capital - **atividade da AR**, com execução de **16,9%**;
- **€10.362.975 – Transferências – “Entidades Autónomas”**, com execução de **94,9%**;
- **€14.276.153- “Subvenções públicas aos Partidos Políticos”**, com execução de **100%**; e
- **€11.307.991,19 – “Subvenções públicas para campanhas eleitorais”**, com execução de **39,6%**.

A baixa taxa de execução verificada na “Despesa total – atividade da AR” (69,9%), deve-se, não só às cativações aplicáveis bem como à continuação de uma política de contenção da despesa que tem vindo a pautar a execução orçamental da Assembleia da República. Ressalva-se que, **deduzindo a cativação aplicável** (cujo valor final foi de €1.907.575,85, dado que, dos €7.035.434,49 iniciais foi autorizada a descativação de €5.127.858,64) **e a dotação provisional não utilizada** (€14.605.980,02 – corrente e capital – inscritos para eventuais necessidades não previstas), a **taxa de execução seria de 85,9%**.

Importa realçar que a execução orçamental de 2016 foi influenciada pela reversão gradual das reduções remuneratórias (que a partir de outubro deixaram de se aplicar, mantendo-se somente a



redução de 5% aplicada às remunerações dos Deputados e ao pessoal dos gabinetes), com o conseqüente acréscimo não só das remunerações, como também dos encargos da entidade patronal.

Ao nível da “**Atividade Parlamentar**”, a Assembleia da República, através dos seus órgãos eleitos, desenvolveu os habituais trabalhos em sessões plenárias e em comissões especializadas, bem como em sede das organizações internacionais e das instituições interparlamentares de que é parte.

Em matéria de “**Investimento**”, destaca-se, no cumprimento do Plano de Investimentos de 2016:

- Ao nível da **gestão das tecnologias de informação**, os investimentos efetuados na segurança informática e da informação, com a substituição da *firewall* externa e do sistema de acesso à internet (*proxy*), componentes críticos para a segurança do sistema informático da AR. Entre outros projetos de relevância assinala-se ainda a aquisição de uma solução de telefonia VOIP, destinada à substituição da Central telefónica existente que se encontrava já tecnologicamente obsoleta;
- Em termos de **obras de melhoria/conservação**, apesar da atual conjuntura de forte contenção orçamental, foram concluídas as seguintes empreitadas: requalificação do espaço da Reprografia/Protocolo; ampliação das instalações do CINF e a requalificação da rede de drenagem de águas pluviais do Novo Edifício;
- Relativamente ao **sistema de audiovisual**, a aquisição do sistema de interpretação/tradução simultânea para a sala 6 das Comissões, dotando este espaço de outras valências e de funcionalidade idêntica à que existe na Sala do Senado e conferindo maior qualidade às reuniões transmitidas pelo Canal Parlamento.

Por outro lado, a Assembleia da República manteve, em 2016, o desenvolvimento da sua atividade cultural e editorial própria e desenvolveu ações de aproximação ao exterior e de divulgação das suas atividades, abrindo as portas aos cidadãos e realizando exposições relacionadas com a história e a atividade do Parlamento.

É ainda de salientar que, em setembro 2016, houve um reforço do número de efetivos em resultado dos procedimentos concursais para recrutamento de assessores parlamentares, iniciados em 2015, com o conseqüente acréscimo do número de **Funcionários Parlamentares**.

No que respeita às subvenções para as campanhas eleitorais, os saldos das campanhas para as eleições Autárquicas de 2013 (que ainda se encontra por encerrar) e para o Presidente da República (em função dos valores de despesa e de receita apresentados pelas candidaturas com direito a subvenção), justificam a baixa taxa de execução.

## 1. Enquadramento Orçamental

### 1.1 OAR 2016

Em 28 de janeiro de 2016, o Conselho de Administração aprovou a proposta de Orçamento da Assembleia da República para 2016, com base na proposta de OAR2016 coordenada e apresentada pelo Secretário-Geral, nos termos dos artigos 15.º e 24.º da LOFAR, que foi aprovada em Reunião Plenária, a 12 de fevereiro de 2016, dando origem à Resolução da Assembleia da República n.º 36/2016, de 24 de fevereiro de 2016.

No **OAR2016 inicial** aprovado, os montantes inscritos para as **despesas correntes e de capital** da atividade da AR ascenderam, respetivamente, a €70.876.483 e €6.330.102, num total de €77.206.585, traduzindo, globalmente, uma **diminuição de 10,9% relativamente ao OAR2015 corrigido sem cativações**.

Por outro lado, o montante total do **“Financiamento de Entidades” e de “Subvenções Políticas”** foi de €28.794.267, apresentando um **decrécimo de 28,8% face ao OAR2015 corrigido**, decorrente, essencialmente, do facto de, em 2016, estarem apenas inscritos os valores necessários ao pagamento **das subvenções públicas para as campanhas das Eleições para o Presidente da República** (€3.408.000) e da **Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores** (€747.139), de acordo com o calendário eleitoral desse ano, enquanto, em 2015, se encontravam inscritas as verbas destinadas ao pagamento da subvenção pública para a campanha das eleições para a Assembleia da República (€6.816.000), para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira (€616.062) e os saldos de eleições de anos anteriores (Autárquicas 2009 e 2013).

Incluem-se ainda, em 2016, no “Financiamento de Entidades e Subvenções Políticas”, as **subvenções aos Partidos Políticos** (€14.276.153) e as **transferências para as “Entidades Autónomas”** (€10.362.975) – conforme Quadro 1.

**O 1º Orçamento Suplementar de 2016**, elaborado nos termos do artigo 50º da LOFAR, foi aprovado pelo Plenário da Assembleia da República, em 13 de maio de 2016, sob proposta do Conselho de Administração, de 20 de abril, dando origem à Resolução da Assembleia da República n.º 96/2016, de 1 de junho, e decorreu da necessidade de integrar **o diferencial do saldo de gerência da Assembleia da República** apurado à data de encerramento da gerência de 2015 no montante de **€11.584.987,02** e **o saldo de gerência das subvenções públicas para as campanhas eleitorais, no valor de €7.137.852,19** (reposições de subvenções das eleições Autárquicas de 2009 - €32.111,84; saldo das eleições Autárquicas de 2013 - €6.782.655,83; saldo da subvenção para as eleições

legislativas de 2015: €297.888,45; e ainda o saldo a restituir à DGT das eleições para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira de 2015 no montante de €25.196,07).

Para além do orçamento suplementar referido, efetuaram-se **quatro alterações orçamentais verticais**, que obtiveram o parecer favorável do Conselho de Administração, respetivamente, em 12 de maio, 8 de setembro, 27 de outubro, 22 de dezembro do ano em referência:

- A primeira destinou-se a proceder ao ajustamento de algumas rubricas da despesa face a encargos não previstos no OAR2016 inicial, aos valores cativos (€1.907.575,85) e ao valor dos compromissos transitados por pagar a 31 de dezembro de 2015 (€1.827.293);
- A segunda visou o ajustamento de rubricas de despesa afetas às subactividades: "Ação Social", "Despesas de Funcionamento", "Gabinete Médico" e "Investimento" e determinou o recurso à dotação provisional;
- A terceira teve em vista o reforço de rubricas da despesa das subactividades: "Deputados", "Despesas de Funcionamento" e "Conselho dos Julgados de Paz" por contrapartida da dotação provisional;
- A quarta ficou a dever-se à necessidade de ajustar as dotações inscritas nas rubricas que constituem o *plafond* para remunerações do pessoal que presta apoio aos gabinetes dos Grupos Parlamentares, a alterações verticais entre rubricas e com recurso à dotação provisional para suprir a necessidade de reforço e à inscrição dos saldos das subvenções para as campanhas das eleições Legislativas de 2015 e Presidenciais de 2016, que foram devolvidos ao Tesouro.

Da execução do OAR2016 decorreu um **saldo de gerência, apurado à data de 31 de dezembro de 2016 e a transitar para o ano de 2017, no valor de €33.563.726,57**, dos quais €6.850.133,62 correspondem ao saldo das subvenções públicas para as campanhas eleitorais, configurando o remanescente **(€26.713.592,95) o saldo da AR**, do qual €15.000.000 foram já integrados em sede de OAR2017 inicial.

As alterações aprovadas, quer em sede de OAR suplementar quer no quadro das diversas alterações orçamentais verticais e horizontais (reforços/anulações entre a mesma rubrica de diferentes subatividades), refletiram-se ao nível das diversas atividades, conforme se apresenta no Quadro 1:

Quadro 1- ORÇAMENTO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA EM 2016

Unidade: Euro

Atividades	OAR2015 corrigido	OAR2016 inicial	OAR2016 corrigido	Var%	Var%
	1	2	3	4=2/1	5=3/1
<b>DESPESAS CORRENTES AR</b>	<b>70.699.376,10</b>	<b>69.755.469,00</b>	<b>76.798.438,53</b>	<b>-1,3%</b>	<b>8,6%</b>
ATIVIDADES PARLAMENTARES	34.032.495,29	35.186.721,00	36.198.040,26	3,4%	6,4%
ATIVIDADES DE APOIO	29.222.929,26	28.357.376,00	30.649.525,25	-3,0%	4,9%
ATIVIDADE EDITORIAL	464.428,00	468.232,00	594.472,00	0,8%	28,0%
COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR	324.139,00	340.310,00	340.310,00	5,0%	5,0%
OUTRAS ATIVIDADES *	6.421.439,52	5.163.169,00	8.776.430,02	-19,6%	36,7%
OUTROS ENCARGOS PARLAMENTARES	195.678,03	201.394,00	201.394,00	2,9%	2,9%
OUTRAS ENTIDADES	38.267,00	38.267,00	38.267,00	0,0%	0,0%
<b>DESPESAS DE CAPITAL AR</b>	<b>15.106.079,00</b>	<b>6.299.602,00</b>	<b>10.799.602,00</b>	<b>-58,3%</b>	<b>-28,5%</b>
COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR	18.000,00	18.000,00	18.000,00	0,0%	0,0%
INVESTIMENTO	3.836.718,00	4.781.602,00	4.952.052,00	24,6%	29,1%
OUTRAS ATIVIDADES *	11.251.361,00	1.500.000,00	5.829.550,00	-86,7%	-48,2%
<b>TOTAL AR CORRENTES E CAPITAL (1)</b>	<b>85.805.455,10</b>	<b>76.055.071,00</b>	<b>87.598.040,53</b>	<b>-11,4%</b>	<b>2,1%</b>
<b>DESPESAS CORRENTES E CAPITAL CONSELHOS** (2)</b>	<b>893.931,00</b>	<b>1.151.514,00</b>	<b>1.178.531,49</b>	<b>28,8%</b>	<b>31,8%</b>
CONSELHO FISCALIZAÇÃO SISTEMA INFORMAÇÕES	187.479,00	197.200,00	202.634,00	5,2%	8,1%
CONSELHO DOS JULGADOS DE PAZ (corr)	130.222,00	214.400,00	235.172,49	64,6%	80,6%
CONSELHO DOS JULGADOS DE PAZ (cap)	0,00	29.500,00	29.500,00	n.a.	n.a.
CONSELHO NAC. PROCRIAÇÃO MEDICAMENTE ASSISTIDA	200.558,00	298.997,00	295.569,00	49,1%	47,4%
CONSELHO FISCALIZ. SIST. INTEGRADO INFORM. CRIMINAL	165.495,00	186.847,00	187.189,00	12,9%	13,1%
CONSELHO FISCALIZ. BASE DE DADOS PERFIS ADN (corr)	112.377,00	127.770,00	127.770,00	13,7%	13,7%
CONSELHO FISCALIZ. BASE DE DADOS PERFIS ADN (cap)	2.000,00	1.000,00	1.000,00	-50,0%	-50,0%
ENTIDADE FISCALIZADORA DO SEGREDO DO ESTADO	95.800,00	95.800,00	99.697,00	0,0%	4,1%
<b>TOTAL AR E CONSELHOS (3=1+2)</b>	<b>86.699.386,10</b>	<b>77.206.585,00</b>	<b>88.776.572,02</b>	<b>-10,9%</b>	<b>2,4%</b>
<b>ENTIDADES AUTÓNOMAS***</b>	<b>10.795.239,00</b>	<b>10.362.975,00</b>	<b>10.362.975,00</b>	<b>-4,0%</b>	<b>-4,0%</b>
<b>SUBVENÇÃO AOS PARTIDOS POLÍTICOS</b>	<b>14.853.459,00</b>	<b>14.276.153,00</b>	<b>14.276.153,00</b>	<b>-3,9%</b>	<b>-3,9%</b>
<b>SUBVENÇÃO ÀS CAMPANHAS ELEITORAIS</b>	<b>14.797.474,56</b>	<b>4.155.139,00</b>	<b>11.307.991,19</b>	<b>-71,9%</b>	<b>-23,6%</b>
<b>TOTAL GLOBAL AR / ENTID.AUTÓNOMAS / SUBVENÇÕES</b>	<b>127.145.558,66</b>	<b>106.000.852,00</b>	<b>124.723.691,21</b>	<b>-16,6%</b>	<b>-1,9%</b>

\* Dotação Provisional

\*\* Os **Conselhos**, no âmbito deste relatório, abrangem as entidades administrativas independentes listadas supra, cujos orçamentos integram o OAR.

\*\*\* As **Entidades Autónomas**, no âmbito deste relatório, abrangem as entidades administrativas e independentes que recebem transferências correntes e de capital do OAR (Provedoria de Justiça, Entidade Reguladora para a Comunicação Social, Comissão Nacional de Eleições, Comissão Nacional de Proteção da Dados, Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos e Conselho Nacional de ética para as Ciências da Vida)

Da análise do Quadro 1, ressalta que em valores globais, o OAR2016 corrigido, face ao OAR2015, apresenta um **decréscimo de 1,9% da despesa global**, comportamento essencialmente determinado pelo ligeiro aumento do agregado Total AR e Conselhos (+2,4%) em simultâneo com a redução do montante inscrito a título de subvenção para as campanhas eleitorais. (-23,6%). O referido acréscimo de 2,4% **no orçamento da atividade da AR** (excluídas as despesas com os Conselhos, as transferências para "Entidades autónomas" e as "Subvenções Públicas aos partidos e as "Subvenções públicas para as campanhas eleitorais" resulta, principalmente, das variações positivas verificadas em "Despesas correntes" (+8,6%) e nas Despesas dos Conselhos (+31,8%) e da evolução negativa das "Despesas de capital" (-28,5%).

Em “**Despesas Correntes**”, o acréscimo de 8,6% decorre, principalmente, da variação verificada em “Outras atividades” – 36,7%, “Atividades Parlamentares” – 6,4% e “Atividades de Apoio” - 4,9%, sendo que o acréscimo de 28% da “Atividade Editorial” não se entende relevante em termos de valor absoluto representando uma diferença de apenas €130.044.

No que se refere às “**Despesas de Capital**”, o Quadro 1 evidencia ainda um **decréscimo** de **28,5%** face ao valor do orçamento corrigido de 2015, determinado unicamente pela redução do valor da dotação provisional de capital inscrito em “**Outras atividades**” (-48,2%) sendo que, ao nível do “Investimento” se verifica um crescimento de 29,1%.

## 1.2 Execução Orçamental

**Quadro 2 - SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL**

Unidade: Euro

Tipo de Despesa	OAR2016 corrigido	Execução Orçamental	
		montante	GR%
DESPESAS CORRENTES	77 946 470,02	60 258 419,44	77,3%
DESPESAS DE CAPITAL	10 830 102,00	1 833 354,10	16,9%
<b>TOTAL AR</b>	<b>88 776 572,02</b>	<b>62 091 773,54</b>	<b>69,9%</b>
ENTIDADES AUTÓNOMAS	10 362 975,00	9 830 216,25	94,9%
SUBVENÇÃO AOS PARTIDOS POLÍTICOS	14 276 153,00	14 276 151,76	100,0%
SUBVENÇÃO ÀS CAMPANHAS ELEITORAIS	11 307 991,19	4 483 222,67	39,6%
<b>TOTAL GLOBAL AR / ENTID.AUTÓNOMAS / SUBVENÇÕES</b>	<b>124 723 691,21</b>	<b>90 681 364,22</b>	<b>72,7%</b>

Em 2016, os encargos assumidos atingiram o montante de €90.681.364,22 (cfr. Quadro 2), o que se traduziu numa **execução orçamental** de **72,7%**, registando-se uma diferença de €34.042.326,99, entre o valor total orçamentado e o valor dos encargos assumidos. O grau de execução orçamental registado é influenciado, não só pelas cativações aplicáveis, como pelas verbas inscritas em dotação provisional, pela baixa execução em despesas de capital (16,9%) e, ainda, pela execução ao nível das subvenções para as campanhas eleitorais (39,6%) face aos saldos das subvenções cujos atos eleitorais ainda não se encontram encerrados (nomeadamente Autárquicas 2013).

Verifica-se, conforme Quadro 3 infra, que o grau de execução das despesas correntes e de capital da AR foi de **69,9%**, pelo que, com o objetivo de melhor esclarecer a execução da atividade da AR em 2016, far-se-á, doravante, **uma análise que não inclui as transferências para as “Entidades Autónomas”** (apenas considera os custos dos Conselhos, cujos orçamentos integram o OAR), **nem as “Subvenções públicas para os Partidos Políticos”, nem as “Subvenções públicas para as campanhas eleitorais”**.

**Quadro 3 - SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL SEM TRANSFERÊNCIAS PARA ENTIDADES AUTÓNOMAS E SEM SUBVENÇÕES ESTATAIS**

Unidade: Euro

Tipo de Despesa	OAR2016 corrigido sem Entid.Autónomas /Subvenções	Execução Orçamental	
		montante	GR%
DESPESAS CORRENTES	77 946 470,02	60 258 419,44	77,3%
DESPESAS DE CAPITAL	10 830 102,00	1 833 354,10	16,9%
<b>TOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>88 776 572,02</b>	<b>62 091 773,54</b>	<b>69,9%</b>

O nível de execução orçamental foi, assim, de **77,3%** em “Despesas Correntes” e de **16,9%** em “Despesas de Capital”, constituindo estas percentagens as que verdadeiramente traduzem a execução resultante da atividade normal da AR.

Desagregando a execução por atividades (cf. Quadro 4), face à respetiva natureza da despesa, verifica-se que a taxa de execução orçamental mais elevada, em sede de **despesas correntes**, é atingida em “Outras entidades” (100%), seguida de “Outros Encargos Parlamentares” (93,7%), “Atividades Parlamentares” (91,3%), “Atividades de Apoio” (83,7%).

**Quadro 4 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL POR ATIVIDADES**

Unidade: Euro

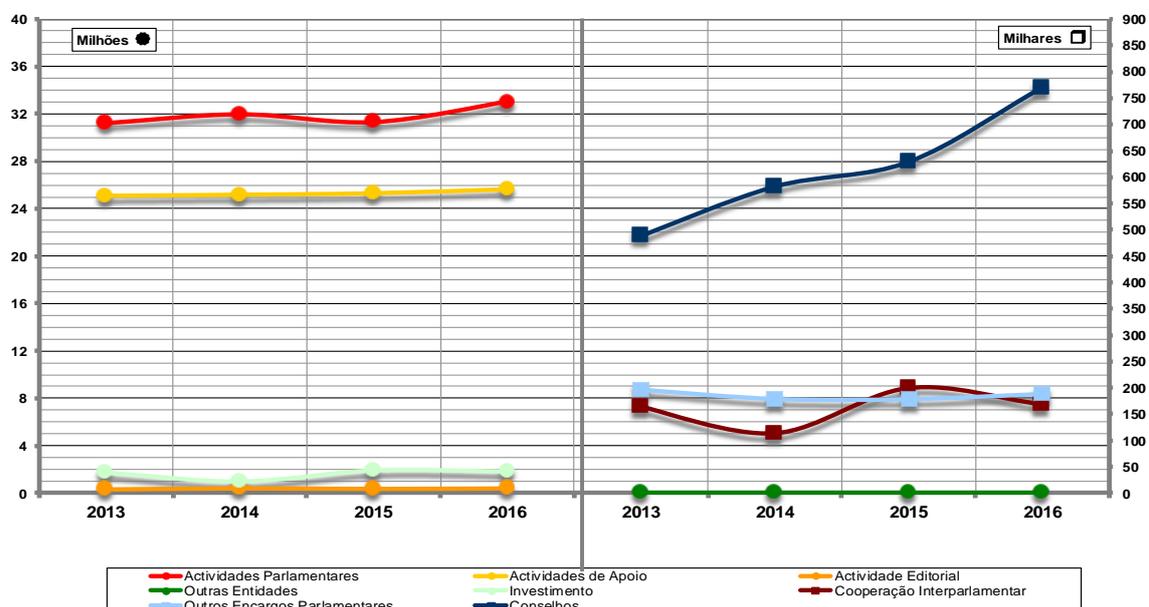
Atividades	OAR2016 corrigido	Encargos assumidos		
		montante	GR%	Estrutura
	1	2	3=2/1	4=2/Σ2
ATIVIDADES PARLAMENTARES	36.198.040,26	33.042.193,34	91,3%	53,2%
ATIVIDADES DE APOIO	30.649.525,25	25.660.943,60	83,7%	41,3%
ATIVIDADE EDITORIAL	594.472,00	414.774,99	69,8%	0,7%
COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR	340.310,00	168.298,50	49,5%	0,3%
OUTRAS ATIVIDADES*	8.776.430,02	0,00	0,0%	0,0%
OUTROS ENCARGOS PARLAMENTARES	201.394,00	188.749,81	93,7%	0,3%
CONSELHO FISCALIZAÇÃO SISTEMA INFORMAÇ.	202.634,00	167.573,25	82,7%	0,3%
CONSELHO DOS JULGADOS DE PAZ	235.172,49	122.657,68	52,2%	0,2%
OUTRAS ENTIDADES	38.267,00	38.267,00	100,0%	0,1%
CONSELHO NAC. PROCREAÇÃO MED. ASSISTIDA	295.569,00	172.467,49	58,4%	0,3%
CONSELHO FISCALIZ. SIST. INTEG INFORM.CRIMIN.	187.189,00	156.873,40	83,8%	0,3%
CONSELHO FISCALIZ. BASE DE DADOS PERFIS ADN	127.770,00	91.421,83	71,6%	0,1%
ENTIDADE FISCALIZADORA DO SEGREDO DO ESTADO	99.697,00	34.198,55	34,3%	0,1%
<b>DESPESAS CORRENTES (1)</b>	<b>77.946.470,02</b>	<b>60.258.419,44</b>	<b>77,3%</b>	<b>97,0%</b>
COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR	18.000,00	0,00	0,0%	0,0%
INVESTIMENTO	4.952.052,00	1.808.547,51	36,5%	2,9%
OUTRAS ATIVIDADES*	5.829.550,00	0,00	0,0%	0,0%
CONSELHO DOS JULGADOS DE PAZ	29.500,00	24.806,59	84,1%	0,0%
CONSELHO FISCALIZ. BASE DE DADOS PERFIS ADN	1.000,00	0,00	0,0%	0,0%
<b>DESPESAS DE CAPITAL (2)</b>	<b>10.830.102,00</b>	<b>1.833.354,10</b>	<b>16,9%</b>	<b>3,0%</b>
<b>TOTAL DAS DESPESAS (3=1+2)</b>	<b>88.776.572,02</b>	<b>62.091.773,54</b>	<b>69,9%</b>	<b>100,0%</b>

(\*) Dotação Provisional

Na análise do Quadro 4, importa, ainda, salientar que, no ano de 2016, em termos de estrutura da despesa, o peso da execução das **“Atividades Parlamentares”** foi de 53,2%, logo seguido das **“Atividades de Apoio”**, que representam 41,3% do total executado.

No que respeita às **“Despesas de Capital”**, cuja taxa de execução foi de **16,9%** em resultado do elevado montante inscrito e não utilizado em **“Outras atividades - dotação provisional de capital”** (€5.829.550), salienta-se, ainda, que a subactividade **“Investimento”** apresentou uma taxa de realização de 36,5%, indicador que traduz um decréscimo de 4,7% face à execução do ano de 2015.

**Gráfico 1 – EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS DE 2013 A 2016**



A evolução da despesa realizada por atividades, no decurso dos últimos quatro anos, consta do Gráfico 1. Refira-se que, no ano de 2016, **houve um aumento de encargos com pessoal face à reversão faseada das reduções remuneratórias, pese embora a manutenção do nível global das despesas.**

O acréscimo de encargos verificado nas atividades dos Conselhos encontra-se espelhado numa escala distinta, salientando-se que, em valores nominais, de 2015 para 2016 representa uma variação pouco expressiva, não obstante ser significativo o aumento ocorrido nos últimos 4 anos.

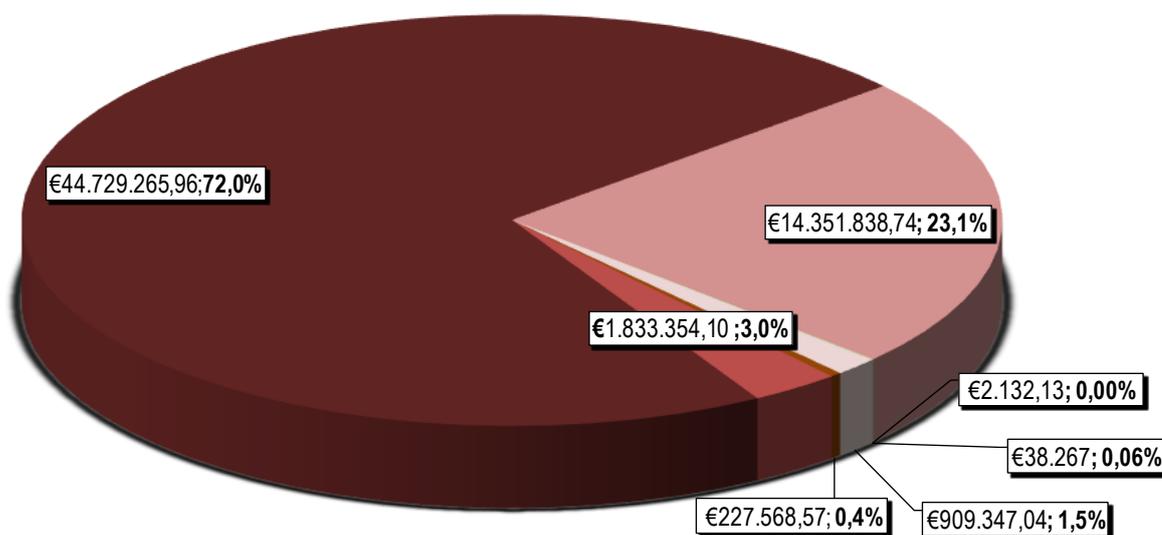
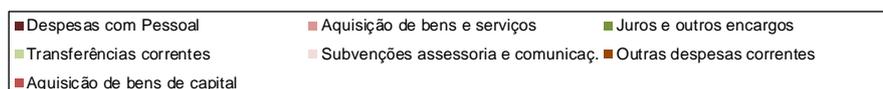
**Quadro 5 – EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL**

Unidade: Euro

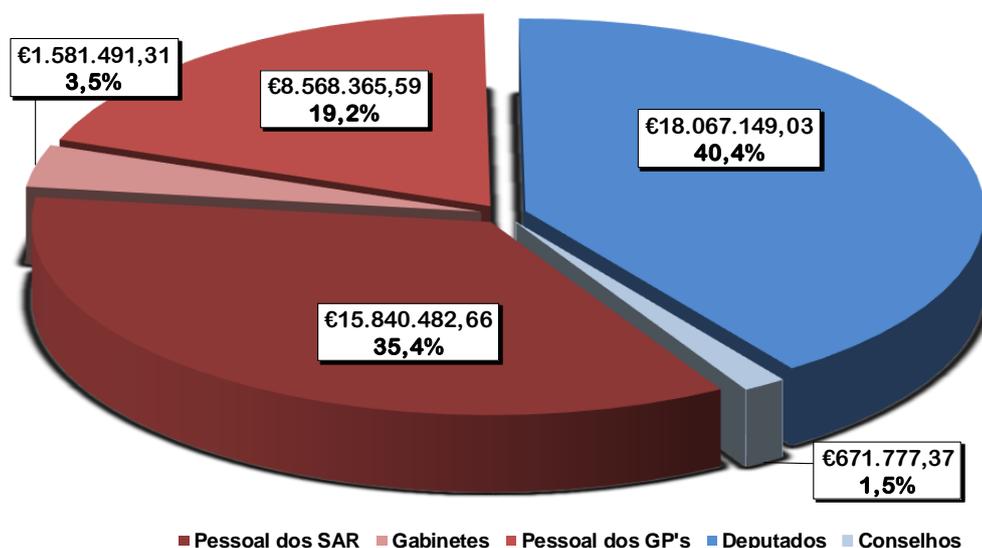
Atividades	Encargos Assumidos		Var%
	2015	2016	
ATIVIDADES PARLAMENTARES	31.323.311,06	33.042.193,34	5,5%
ATIVIDADES DE APOIO	25.285.769,62	25.660.943,60	1,5%
ATIVIDADE EDITORIAL	367.543,52	414.774,99	12,9%
COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR	199.564,42	168.298,50	-15,7%
OUTRAS ACTIVIDADES	527,54	0,00	-100,0%
OUTROS ENCARGOS PARLAMENTARES	177.959,93	188.749,81	6,1%
CONSELHO FISCALIZAÇÃO SISTEMA INFORMAÇ.	171.887,60	167.573,25	-2,5%
CONSELHO DOS JULGADOS DE PAZ	100.781,63	147.464,27	46,3%
OUTRAS ENTIDADES	38.267,00	38.267,00	0,0%
CONSELHO NAC. PROcriação MED. ASSISTIDA	110.253,98	172.467,49	56,4%
CONSELHO FISCALIZ. SIST. INTEG INFORM. CRIMIN.	153.579,61	156.873,40	2,1%
CONSELHO FISCALIZ. BASE DE DADOS PERFIS ADN	92.404,07	91.421,83	-1,1%
ENTIDADE FISCALIZADORA DO SEGREDO DO ESTADO	0,00	34.198,55	n.a
INVESTIMENTO	1.898.417,21	1.808.547,51	-4,7%
<b>TOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>59.920.267,19</b>	<b>62.091.773,54</b>	<b>3,62%</b>

O Gráfico 2.1 apresenta a **distribuição da despesa** por agrupamento económico: as “**Despesas com Pessoal**” representam **72,0%** do total da despesa de 2016 (cf. Gráfico 2.2), seguidas das “**Aquisições de Bens e Serviços**” (**23,1%**) e das “**Aquisições de Bens de Capital**” (**3,0%**).

**Gráfico 2.1 – DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA POR GRUPOS ECONÓMICOS EM 2016**



**Gráfico 2.2 – DISTRIBUIÇÃO DOS ENCARGOS NO AGRUPAMENTO  
DESpesas COM PESSOAL EM 2016**



O gráfico 2.2 evidencia os encargos englobados nas rubricas de “**Despesas com Pessoal**” que, de acordo com os princípios do classificador económico, integram os encargos com remunerações e outras despesas com o pessoal dos Serviços da Assembleia da República (SAR), para além dos encargos de idêntica natureza, nomeadamente com Deputados. De acordo com o Gráfico 2.2, verifica-se uma distribuição muito próxima na partição dos encargos relacionados, por um lado, com “**Deputados**” (40,4%) e, por outro, dos encargos imputáveis a “**Pessoal dos SAR**” (35,4%), enquanto os encargos com **pessoal afeto aos “Gabinetes de apoio aos Grupos Parlamentares”** representam 19,2%. Já os encargos com remunerações do pessoal nomeado para os **Gabinetes da AR** e para o pessoal afeto aos **Conselhos**, cujas despesas são inscritas no OAR, constituem, respetivamente, **3,5% e 1,5%** em percentagem do encargo total com remunerações.

## 2. Atividades Parlamentares

Do conjunto das atividades desenvolvidas pela Assembleia da República, destacam-se as que respeitam diretamente ao exercício das suas competências enquanto órgão de soberania, funções legislativas e de orientação e fiscalização políticas.

Não obstante a atividade política do Parlamento ser objeto de um Relatório específico e autónomo, nos termos do artigo 117º do Regimento, referem-se abaixo alguns indicadores próprios dessa atividade.



Em 2016 tiveram lugar **102 reuniões plenárias**, (69 na 1.ª Sessão Legislativa e 33 na 2.ª Sessão Legislativa, ambas na XIII Legislatura), **1 reunião da Comissão Permanente e 23 Conferências de Líderes**. Durante o ano de 2016 houve ainda lugar a 17 reuniões do Conselho de Administração (12 na 1ª Sessão Legislativa e 5 na 2ª Sessão Legislativa).

As reuniões plenárias em causa levaram à publicação de **103 Diários da Assembleia da República (I Série)**, correspondendo a 310 horas de reuniões, num total de 4957 páginas editadas, o que representa um acréscimo de 11% em relação ao ano anterior. Foram publicados **312 Diários relativos à II Série**, num total de 16 077 páginas editadas.

Acresce assinalar que deram entrada na Mesa da Assembleia da República as seguintes iniciativas legislativas: **39 Propostas de Lei, 278 Projetos de Lei, 42 Propostas de Resolução, 535 Projetos de Resolução, 10 Projetos de Deliberação, 17 Apreciações Parlamentares e 4 Inquéritos Parlamentares**. Foram aprovadas, em 2016, **1 Lei Orgânica, 46 Leis, 204 Resoluções e 7 Deliberações**.

No ano de 2016 foram apresentadas pelos Deputados 6.227 perguntas, tendo sido obtidas 2979 respostas.

Foram ainda apresentados pelos Deputados os seguintes **Requerimentos**: 199 ao Governo, 3.754 à Administração Local e 139 a Entidades Independentes, num total de 4.092. Tendo sido recebidas ainda no mesmo ano, as seguintes **respostas**: 127 do Governo, 1.193 da Administração Local e 70 das Entidades Independentes, num total de 1390.

Durante o ano de 2016 procedeu-se à preparação, informação, organização e acompanhamento das eleições para um Secretário da Mesa da Assembleia da República e, ainda, para os seguintes órgãos externos, acrescidos da eleição de membros de entidades da competência da AR:

- 5 Juízes para o Tribunal Constitucional;
- 2 Representantes de Grupos Parlamentares para o Conselho Nacional de Educação
- 2 Membros para o Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa
- 1 Membro para o Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida
- O Presidente do Conselho Económico e Social

Em termos globais, e como se infere do Quadro 4 supra, as **“Atividades Parlamentares” representam 53,2% dos encargos assumidos** e obtiveram um **nível de execução de 91,3%**, registando-se no Quadro seguinte a desagregação da despesa realizada por subactividades:

**Quadro 6 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA “ATIVIDADE PARLAMENTAR”**

Unidade: Euro

Atividade Parlamentar	OAR2016	Encargos assumidos		
	Corrigido	montante	GR%	Estrutura
	1	2	3=2/1	4=2/12
Presidente da Assembleia da República	123.918,00	123.740,16	99,9%	0,4%
Gabinete de Apoio ao PAR	711.911,26	659.802,22	92,7%	2,0%
Vice-Presidentes, Secretários e Vice-Secretários	1.215.974,00	1.167.184,76	96,0%	3,5%
Gabinetes de Apoio aos Vice-Pres., Sec. E Vice-Sec.	464.941,00	398.916,49	85,8%	1,2%
Conselho de Administração	75.500,00	75.329,90	99,8%	0,2%
Grupos Parlamentares	1.029.349,00	1.013.481,80	98,5%	3,1%
Gabinetes de Apoio dos Grupos Parlamentares	8.705.320,00	8.490.521,25	97,5%	25,7%
Comissões Parlamentares	662.514,00	292.322,44	44,1%	0,9%
Deputados	21.516.422,00	19.803.786,89	92,0%	59,9%
Comemorações do Aniversário do 25 de Abril	139.235,00	75.249,55	54,0%	0,2%
Deslocações em Território Nacional	14.575,59	3.767,30	25,8%	0,0%
Deslocações ao Estrangeiro	1.005.268,41	663.517,93	66,0%	2,0%
Grupos Parlamentares de Amizade	85.745,00	35.389,18	41,3%	0,1%
Receção de Delegações e Entidades Oficiais	330.679,00	137.765,93	41,7%	0,4%
Programa Parlamento Jovem	102.013,00	91.965,52	90,2%	0,3%
Sessão Solene de Tomada de Posse do Presidente da República	14.675,00	9.452,02	64,4%	0,0%
<b>TOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>36.198.040,26</b>	<b>33.042.193,34</b>	<b>91,3%</b>	<b>100,0%</b>

O **Quadro 6** permite, assim, avaliar a **estrutura dos encargos** assumidos por cada uma das dezasseis subatividades que integram as **“Atividades Parlamentares”**, bem como o respetivo grau de execução orçamental, **concluindo-se que 85,6% do total dos encargos assumidos** corresponde apenas às duas componentes seguintes:

- **“Deputados” (59,9%)**, que integra a despesa com as respetivas componentes remuneratórias, nomeadamente: vencimento, despesas de representação, ajudas de custo, despesas de deslocação e transporte, prestações familiares e complementares, contribuições para a CGA e segurança social (no que se refere aos encargos da entidade patronal), seguros e subsídio de reintegração. Salienta-se a reversão das reduções remuneratórias contribui para o acréscimo verificado (cfr. Quadro 7);
- **“Gabinetes de Apoio dos Grupos Parlamentares” (25,7%)** onde se registam as remunerações auferidas pelo pessoal afeto a estes Gabinetes, tendo por limite o *plafond* para remunerações fixado pelo artigo 46.º da LOFAR, acrescidas dos respetivos encargos sociais obrigatórios para a CGA e para a Segurança Social. Estas remunerações foram também objeto de reversão da redução remuneratória, mantendo-se o limite do *plafond*, pelo que a variação é visível apenas nos encargos da entidade patronal (CGA e Segurança Social), suportados pela Assembleia da República.

**Quadro 7 – EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS COM A “ATIVIDADE PARLAMENTAR”**

Unidade: Euro

Atividade Parlamentar	Encargos assumidos		
	2015	2016	Var%
	1	2	3=2/1
Presidente da Assembleia da República *	45.773,20	123.740,16	170,3%
Gabinete de Apoio ao PAR	643.209,74	659.802,22	2,6%
Vice-Presidentes, Secretários e Vice-Secretários	1.071.176,27	1.167.184,76	9,0%
Gabinetes de Apoio aos Vice-Pres., Sec. E Vice-Sec.	400.901,44	398.916,49	-0,5%
Conselho de Administração	70.346,82	75.329,90	7,1%
Grupos Parlamentares	981.375,86	1.013.481,80	3,3%
Gabinetes de Apoio dos Grupos Parlamentares	8.095.969,65	8.490.521,25	4,9%
Comissões Parlamentares	364.330,95	292.322,44	-19,8%
Deputados	18.270.290,09	19.803.786,89	8,4%
Comemorações do Aniversário do 25 de Abril	60.276,75	75.249,55	24,8%
Deslocações em Território Nacional	9.063,12	3.767,30	-58,4%
Deslocações ao Estrangeiro	810.172,05	663.517,93	-18,1%
Grupos Parlamentares de Amizade	188.531,85	35.389,18	-81,2%
Receção de Delegações e Entidades Oficiais	221.642,63	137.765,93	-37,8%
Programa Parlamento Jovem	90.250,64	91.965,52	1,9%
Sessão Solene de Tomada de Posse do Presidente da República	0,00	9.452,02	n.a.
<b>TOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>31.323.311,06</b>	<b>33.042.193,34</b>	<b>5,5%</b>

\* O aumento justifica-se pelo facto de o titular do cargo na XII Legislatura ter optado pela pensão, que não era paga pela AR, enquanto o titular na XIII Legislatura é legalmente obrigado a optar pelo vencimento de exercício.

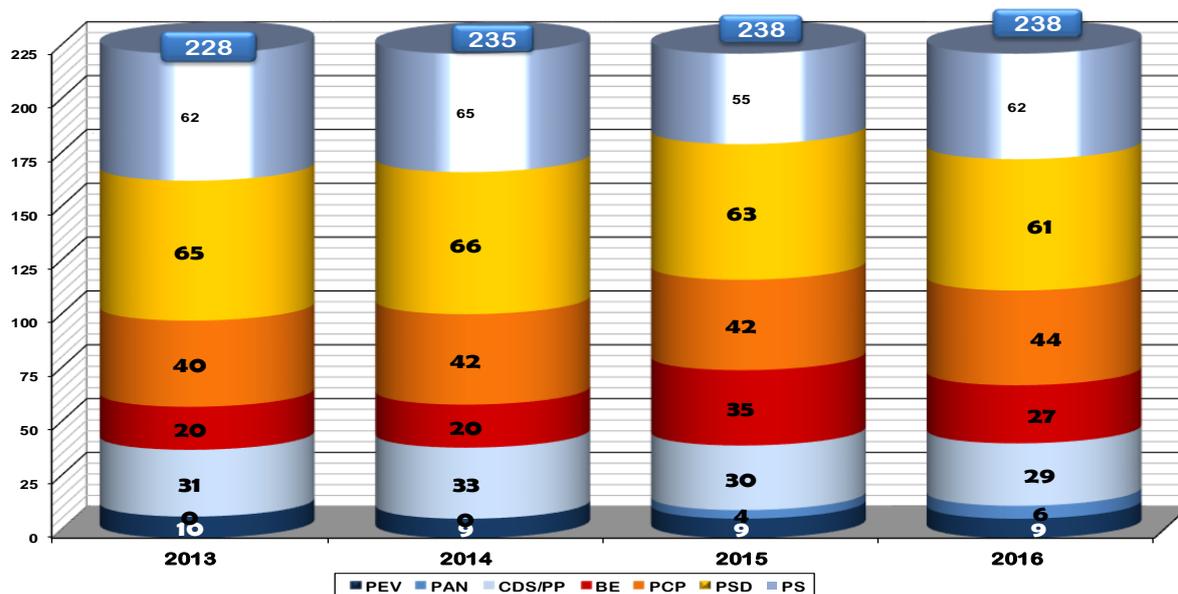
Relativamente à evolução dos encargos assumidos, de 2015 para 2016 (Quadro 7), as “**Atividades Parlamentares**”, em termos globais, registaram um acréscimo de 5,5%, em consequência, da retoma da atividade parlamentar, que esteve suspensa em 2015 por força das eleições legislativas, e da reversão gradual das reduções remuneratórias ocorrida em 2016.

Esta variação foi, essencialmente, influenciada pela execução orçamental das seguintes subactividades: “**Deputados**” (variação absoluta de +€1.533.496,80, o que representa +8,4%); “**Gabinetes de apoio aos Grupos Parlamentares**” (variação absoluta de +€394.551,60 o que representa +4,9%); e “**Vice-Presidentes, Secretários e Vice-Secretários**” (variação absoluta de +€96.008,49 que representa +9,0%).

## 2.1 Gabinetes de Apoio dos Grupos Parlamentares

A evolução, nos últimos quatro anos, do número de funcionários por Grupo Parlamentar, à data de 31 de dezembro, é apresentada no Gráfico 4 seguinte.

**Gráfico 3 – PESSOAL AFETO AOS GABINETES DE APOIO AOS GRUPOS PARLAMENTARES E AO DEPUTADO ÚNICO REPRESENTANTE DE UM PARTIDO**



A gestão das verbas atribuídas nos termos do artigo 46.º da LOFAR para suportar os encargos com o pessoal que integra os Gabinetes de Apoio aos Grupos Parlamentares, no que respeita às rubricas de vencimentos, subsídio de férias e Natal, remunerações por doença, maternidade e paternidade, pessoal aguardando aposentação e horas extraordinárias, é da estrita responsabilidade de cada um dos Grupos Parlamentares, tendo estas remunerações sido sujeitas desde 2011 às reduções remuneratórias estatuídas pelas Leis do OE, e que, em 2016, foram objeto de uma reversão gradual dessas reduções.

Refira-se que **os encargos sociais acarretam um custo não incluído no *plafond* atribuído aos Grupos Parlamentares**, nomeadamente com as contribuições obrigatórias da entidade patronal, conforme valores que, de seguida, se apresentam:

Ano	Segurança Social	Varição ano anterior (%)
2013	€1.401.023,85	16,7%
2014	€1.457.310,70	4,0%
2015	€1.442.402,39	-1,0%
2016	€1.518.982,76	5,3%

## 2.2 Comissões parlamentares

Durante o ano de 2016 (final da 1ª Sessão Legislativa e início da 2.ª Sessão Legislativa, da XIII Legislatura), funcionaram **15 comissões parlamentares**, sendo 12 comissões permanentes, 1 comissão eventual e 2 comissões eventuais de inquérito. Além destas foi também criada a Comissão Eventual de Verificação de Poderes dos Deputados Eleitos – XIII Legislatura.

### Comissões Especializadas Permanentes

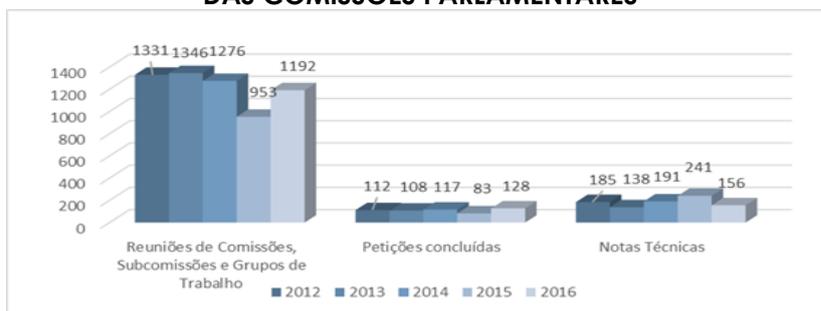
Designação XIII Legislatura
1.ª - Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias
2.ª - Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas
3.ª - Comissão de Defesa Nacional
4.ª - Comissão de Assuntos Europeus
5.ª - Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa
6.ª – Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas
7.ª – Comissão de Agricultura e Mar
8.ª – Comissão de Educação e Ciência
9.ª – Comissão de Saúde
10.ª – Comissão de Trabalho e Segurança Social
11.ª - Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação
12.ª – Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto

### Comissões eventuais

Comissão Eventual para o Reforço da Transparência no Exercício de Funções Públicas
Comissão Parlamentar de Inquérito ao processo que conduziu à venda e Resolução do Banco Internacional do Funchal (BANIF)
Comissão Parlamentar de Inquérito à Recapitalização da Caixa Geral de Depósitos e à Gestão do Banco

Em 2016 as Comissões, as Subcomissões e os Grupos de Trabalho efetuaram **1.192 reuniões**, num total de **5.040 horas**, das quais **311** contaram com a presença de **Membros do Governo**, num total de **625 audições** realizadas. Foram ainda concedidas **303 audiências**.

**Gráfico 4 – EVOLUÇÃO DAS REUNIÕES, AUDIÇÕES E AUDIÊNCIAS DAS COMISSÕES PARLAMENTARES**



No que ao exercício do direito de petição diz respeito, constata-se que, durante o ano de 2016, foram recebidas e registadas pela Assembleia da República **176 petições**, 59 das quais subscritas por mais de 4.000 cidadãos, sendo que 142 foram remetidas por via eletrónica. Foram concluídas em comissão **128 petições**, das quais 101 admitidas em 2016 e 27 em 2015.

Para além destas, deve ainda referir-se o funcionamento de **39 Grupos de Trabalho** constituídos no âmbito das diversas comissões permanentes e de 2 Subcomissões (a Subcomissão de Ética e a Subcomissão para a Igualdade e Não Discriminação - criadas no âmbito da 1ª Comissão CACDLG), trabalhos que incluíram **239** deslocações em território nacional e no estrangeiro.

### 2.3 Relações Parlamentares Internacionais

No domínio das organizações internacionais e interparlamentares das quais a Assembleia da República é membro e no âmbito das relações com outros parlamentos nacionais, cumpre salientar que a Deputada Isabel Santos, Presidente da Delegação da Assembleia da República à Assembleia Parlamentar da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa, foi eleita Vice-Presidente desta assembleia parlamentar, cargo que acumula com a Vice-Presidência da Comissão Ad Hoc para a Migração e que, no âmbito da União Interparlamentar, o Deputado Duarte Pacheco foi eleito Presidente do Grupo Geopolítico dos Doze Mais.

Constam do Quadro 8 alguns indicadores relativos à globalidade das despesas com deslocações ao estrangeiro (viagens e estadas), cuja contabilização se encontra distribuída por várias subactividades (“Comissões Parlamentares”, “Deslocações ao estrangeiro”, “Grupos Parlamentares de Amizade”, “Serviços da AR” e “Cooperação Parlamentar”):

**Quadro 8 – EVOLUÇÃO DAS DESLOCAÇÕES**

	2013	2014	2015	2016
N.º de deslocações	472	499	496	483
Despesa assumida	949.441	1.019.485	1.135.812	752.681
Despesa/deslocação	<b>2.012</b>	<b>2.043</b>	<b>2.290</b>	<b>1.558</b>

Importa referir que as deslocações ao estrangeiro, que incluem viagens e alojamentos, evidenciam um decréscimo na despesa assumida de 2015 para 2016, refletindo, igualmente, uma alteração ao procedimento do registo das faturas inerentes às aquisições de viagens e de alojamentos.

No ano de 2016 funcionaram 49 “**Grupos Parlamentares de Amizade**” (GPA), no âmbito **bilateral**, e 1 Grupo Parlamentar de Amizade no quadro **multilateral**.

Das atividades destes Grupos resultou, no ano de 2016, um conjunto de 228 reuniões:

Evolução da Atividade dos Grupos Parlamentares de Amizade	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Nº de Grupos existentes	41	41	46	51	53	53	50
Nº de Reuniões realizadas	128	42	201	224	203	127	228

## 2.4 Cerimónias e Sessões Solenes

No plano das relações externas assegurou-se a organização de reuniões e conferências promovidas pelo Presidente da Assembleia da República, pelas Comissões Parlamentares, pelas Delegações da AR a organizações parlamentares internacionais ou por entidades exteriores, com o patrocínio da Assembleia da República.

No plano das **relações internacionais multilaterais**, organizaram-se 7 eventos e no plano das **relações internacionais bilaterais** realizaram-se 7 cerimónias de boas-vindas, além de visitarem a Assembleia da República 21 delegações internacionais.

**Entre 1 de janeiro e 30 de dezembro de 2016 o Presidente da Assembleia da República** concedeu 82 audiências, a diversas entidades nacionais e estrangeiras.

No **plano nacional** destacam-se ainda a organização de 6 cerimónias de tomada de posse, incluindo a Sessão Solene da Tomada de Posse do Presidente da República, 53 iniciativas -de organizações da sociedade civil ou da própria Assembleia da República- e 19 cerimónias comemorativas e de homenagem.

## 2.5 Parlamento dos Jovens

O programa **Parlamento dos Jovens** é uma iniciativa da Assembleia da República, dirigida aos jovens do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário, de escolas do ensino público, privado e cooperativo do Continente, das Regiões Autónomas e dos Círculos da Europa e de Fora da Europa, que culmina com a realização de duas Sessões Nacionais na AR. Tem como principais objetivos

apelar à participação dos jovens no debate democrático, alertar para a importância do exercício e da vivência de uma cidadania ativa e promover a consciência cívica, nomeadamente para as questões que afetam o seu presente e futuro, individual e coletivo.

Cabe à **Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura** definir as orientações para o programa, cuja execução se desenvolve em parceria com as seguintes entidades: Ministério da Educação e Ciência, através da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, Assembleias Legislativas das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, Direção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas, Instituto Português do Desporto e Juventude, Direções Regionais da Educação e da Juventude da Região Autónoma dos Açores e Direções Regionais de Educação e de Juventude e Desporto da Região Autónoma da Madeira. Salienta-se ter sido registado um total de 431 debates com a presença de Deputados da AR.

A edição 2015-2016 do Parlamento dos Jovens registou o mais elevado número de escolas inscritas em 20 anos de história do programa. No total, registaram a sua inscrição nesta edição 937 estabelecimentos de ensino, mais 147 do que no ano passado, das quais 479 escolas inscreveram-se na sessão do ensino básico e 458 na do ensino secundário.

**Quadro 9 – Evolução da participação de escolas e alunos no Parlamento dos Jovens**

Edição	ENSINO BÁSICO				ENSINO SECUNDÁRIO				TOTAL: Ensino Básico+ Ensino Secundário			
	2012-13	2013-14	2014-15	2015-16	2012-13	2013-14	2014-15	2015-16	2012-13	2013-14	2014-15	2015-16
Escolas inscritas	374	367	398	<b>479</b>	363	392	392	<b>458</b>	737	759	790	<b>937</b>
Turmas envolvidas	1 852	1 812	2 139	<b>2 493</b>	1 797	1 820	1 998	<b>2 064</b>	3 649	3 632	4 137	<b>4 557</b>
Participantes nas listas eleitorais	15 328	13 554	14 997	<b>18 745</b>	9 481	10 684	9 580	<b>11 282</b>	24 809	24 238	24 577	<b>30 027</b>
Votantes: eleições sessões escolares	87 929	84 052	87 092	<b>105 943</b>	60 555	60 566	59 674	<b>68 360</b>	148 484	144 618	146 766	<b>174 303</b>
Deputados eleitos: sessões escolares	7 304	6 543	7 440	<b>9 112</b>	5 985	5 994	5 797	<b>6 840</b>	13 289	12 537	13 237	<b>15 952</b>
Deputados eleitos: sessões distritais/regionais	1 221	1 123	1 291	<b>1 445</b>	1 199	1 252	1 272	<b>1 377</b>	2 420	2 375	2 563	<b>2 822</b>
Escolas eleitas: sessão nacional	62	62	63	<b>64</b>	63	65	65	<b>65</b>	125	127	128	<b>129</b>
Deputados eleitos: sessão nacional	124	124	126	<b>128</b>	128	130	130	<b>130</b>	252	254	256	<b>258</b>

Esta edição fica também marcada pelo aumento notável no número inscrições pelos círculos da Europa e de Fora da Europa, com um total de 19 escolas – a maior participação de sempre nestes círculos –, tendência que já se tinha começado a verificar na edição passada.

## 2.6 Outros Encargos Parlamentares

A subatividade “**Outros Encargos Parlamentares**”, em 2016, engloba apenas os montantes de despesa relativos às **quotizações de organizações internacionais**, representando 0,3% dos encargos globais assumidos, (cf. Quadro 4 supra).

Os encargos suportados por esta subatividade, num total de €182.874,17 apresentam, em 2016, um acréscimo de 2,8% relativamente ao ano anterior (€4.914,24), refletindo-se a distribuição destes encargos pelas diversas organizações internacionais de que a Assembleia da República é membro, nos seguintes termos:

**Quadro 10 – QUOTIZAÇÕES INTERNACIONAIS**

Unidade: Euro

ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS	2015	2016	Var% 2015/2016
UIP	70.758,00	62.145,34	-12,2%
UIP – Grupo Doze Mais	596,00	536,00	-10,1%
APCE	0,00	10.000,00	n.a
APNATO	35.128,00	36.241,00	3,2%
APOSCE	30.400,00	30.978,00	1,9%
ASG UIP	473,71	457,04	-3,5%
APM	37.700,00	37.700,00	0,0%
Secretariado COSAC	1.809,22	1.730,18	-4,4%
Várias	1.095,00	3.086,61	181,9%
<b>Total</b>	<b>177.959,93</b>	<b>182.874,17</b>	<b>2,8%</b>

## 3. Atividades de Apoio

No ano de 2016, a gestão das várias “**Atividades de Apoio**” continuou a pautar-se por objetivos direcionados a uma contínua racionalização de recursos, à melhoria dos instrumentos de controlo de gestão, ao aproveitamento e rentabilização dos espaços existentes com vista a melhorar as condições de trabalho e beneficiar as instalações, à abertura do Parlamento ao cidadão, à conservação do património imobiliário da AR com a finalidade de criar condições de segurança e, ainda, à adoção de medidas com vista à melhoria ambiental.

Conforme Quadro 4 supra, as “**Atividades de Apoio**” corresponderam, em 2016, a 41,3% do total dos encargos assumidos (correntes e de capital), destacando-se a subatividade “**Serviços da Assembleia da República**”, por onde são pagas as remunerações e encargos da entidade patronal com pessoal dos SAR, como a mais representativa na estrutura de despesa, com 60,4% do conjunto dos encargos assumidos ao nível do respetivo agrupamento (Quadro 11).

**Quadro 11 – ENCARGOS COM AS “ATIVIDADES DE APOIO”**

Unidade: Euro

Atividades de Apoio	OAR2016	Encargos assumidos		
	Corrigido	Montante	GR%	Estrutura
	1	2	3=2/1	4=2/Σ2
Serviços da Assembleia da República	17.107.414,25	15.506.334,74	90,6%	60,4%
Gabinete do Secretário-Geral	559.245,00	522.772,60	93,5%	2,0%
Formação	254.577,00	77.914,71	30,6%	0,3%
Ação Social	481.365,00	362.944,17	75,4%	1,4%
Despesas de Funcionamento	12.097.524,00	9.063.434,95	74,9%	35,3%
Gabinete Médico	149.400,00	127.542,43	85,4%	0,5%
<b>TOTAL</b>	<b>30.649.525,25</b>	<b>25.660.943,60</b>	<b>83,72%</b>	<b>100,00%</b>

O ligeiro acréscimo de 1,5% dos encargos assumidos com as “**Atividades de Apoio**” (Quadro 12) reflete, sobretudo, o aumento de encargos ao nível da subatividade “**Serviços da Assembleia da República**” (representa em termos absolutos mais €422.948,51), face à reversão salarial ocorrida em 2016. O referido acréscimo reflete ainda o aumento verificado em “**Ação social**” (33,3% que representa €90.765,88) uma vez os pagamentos dos subsídios de estudo dos anos letivos 2015/2016 e 2016/2017 foram feitos, ambos, em 2016.

**Quadro 12 – EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS COM “ATIVIDADES DE APOIO”**

Unidade: Euro

Atividades de Apoio	Encargos Assumidos		Var%
	2015	2016	
Serviços da Assembleia da República	15.083.386,23	15.506.334,74	2,8%
Gabinete do Secretário-Geral	497.739,33	522.772,60	5,0%
Formação	84.010,03	77.914,71	-7,3%
Ação Social	272.178,29	362.944,17	33,3%
Despesas de Funcionamento	9.216.957,85	9.063.434,95	-1,7%
Gabinete Médico	131.497,89	127.542,43	-3,0%
<b>TOTAL</b>	<b>25.285.769,62</b>	<b>25.660.943,60</b>	<b>1,5%</b>

### 3.1 Gestão dos Recursos Humanos

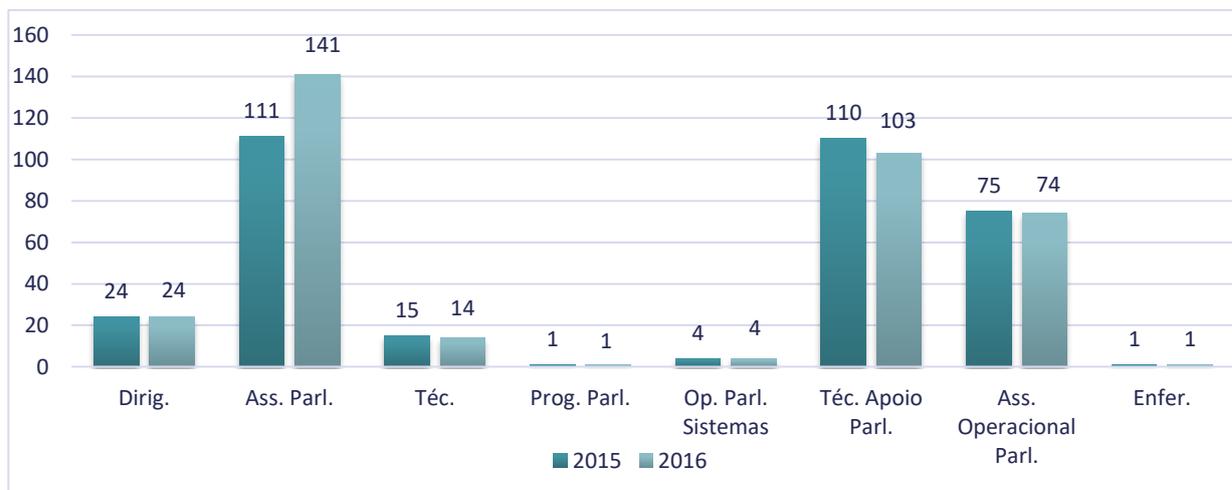
De acordo com as deliberações do Conselho de Administração da Assembleia da República, em 2016 deu-se continuidade à prossecução das políticas de contenção da despesa. Não obstante, neste ano, concluíram-se os 10 procedimentos concursais para ingresso de assessores parlamentares em várias áreas que tinham sido abertos em 2015, tendo sido preenchidos 38 postos de trabalho na carreira de assessor parlamentar, os quais tinham a devida previsão no mapa de pessoal, de acordo com as deliberações do Conselho de Administração nesta matéria. Por essa razão, e tal como previsto, foram cessadas 6 cedências de interesse público de assessores cujos postos foram preenchidos por via dos referidos procedimentos concursais.

Regista-se, à data de 31 de dezembro de 2016, nos Serviços da Assembleia da República, a existência de **362 funcionários** em efetividade de funções (335 em 2015, sem funcionários afetos aos Conselhos, cujos orçamentos integram o OAR), neles se incluindo **23 funcionários em regime de cedência de interesse público** (dos quais 6 para desempenho de funções na UTAO) e **8 funcionários em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo incerto**. Existem ainda 5 contratos de avença1.

Por outro lado, há a referir que, no âmbito dos Conselhos, cujos orçamentos integram o OAR, e à qual compete, nos termos legais, assegurar o apoio logístico e/ou administrativo (CJP, CFSIRP, CNPMA, CFSIIC, CFBDP-ADN e EFSE), em 31 de dezembro de 2016 encontravam-se a prestar funções nestas entidades 8 trabalhadores, com a seguinte distribuição: 5 com funções técnicas (1 no CJP, 1 no CFSIRP, 1 no CNPMA, 1 no CFBDP-ADN e 1 na EFSE) e 3 com funções administrativas (todos no CJP). Acresce ainda uma prestação de serviços na modalidade de avença no CNPMA.

Apresenta-se, de seguida, a evolução comparativa dos efetivos:

**Gráfico 5 - EVOLUÇÃO DO MAPA DE EFETIVOS POR GRUPOS PROFISSIONAIS/CARREIRAS**

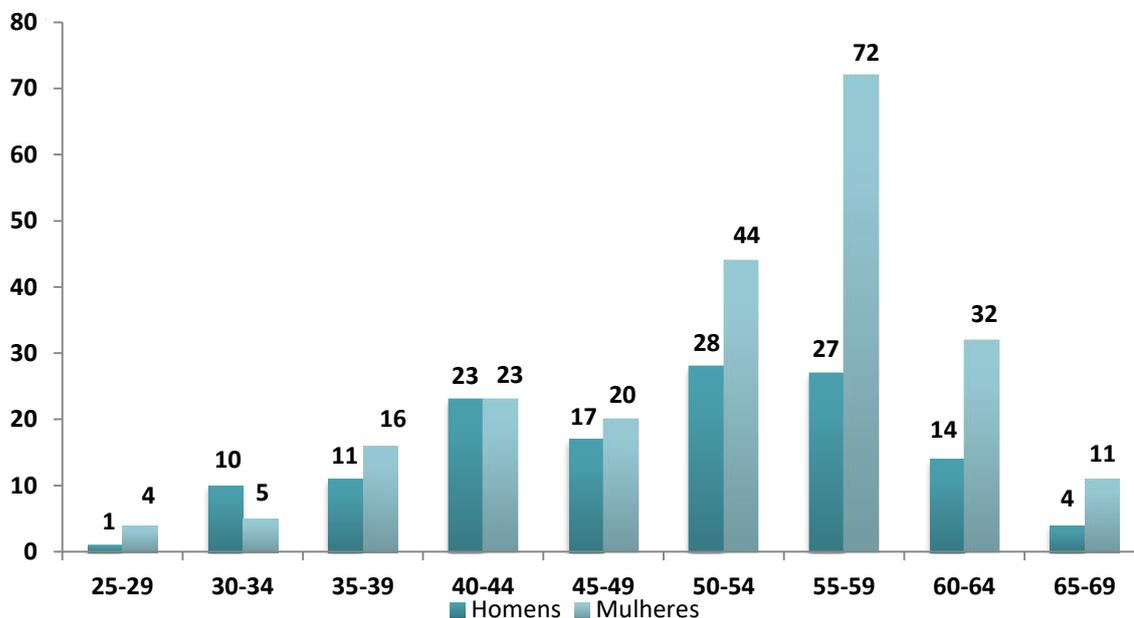


O gráfico 5 demonstra o aumento do número de assessores parlamentares decorrente do ingresso de novos funcionários nesta carreira na sequência da conclusão dos procedimentos concursais abertos em 2015.

As variações nos restantes grupos de pessoal resultam essencialmente da autonomização, em 2016 face a 2015, dos dados relativos ao pessoal que dá apoio aos Conselhos, cujos orçamentos integram o OAR (CJP, CNPMA, CFSIRP, CFBDP-ADN e a recém-criada EFSE), tal como passou a ser feito no âmbito do OAR, para maior transparência dos meios afetos a estas entidades, e conforme acima evidenciado.

A carreira de assessor parlamentar continua a ser a que tem maior representatividade (39% do total de funcionários), logo seguida da carreira de técnico de apoio parlamentar (28% do total de funcionários).

**Gráfico 6 - EFETIVOS POR ESCALÕES ETÁRIOS**

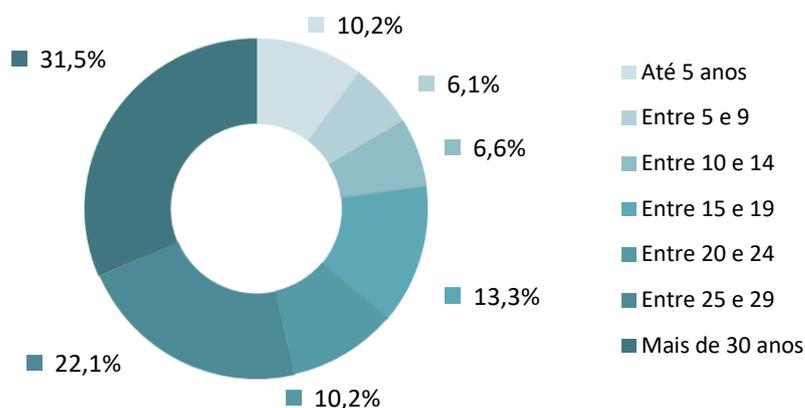


O gráfico 5 mostra a distribuição dos efetivos pelos escalões etários e de acordo com o género. O escalão dos 55-59 anos é o que contabiliza o maior número de funcionários com 99 efetivos. Este escalão corresponde a 27% do total de efetivos.

Analisando os efetivos por género, verifica-se que o maior número de efetivos masculinos se situa no escalão dos 50-54 anos, com um total de 28 funcionários. Já no grupo feminino, o escalão com maior número de efetivos é o dos 55-59 anos, com 72 efetivos.

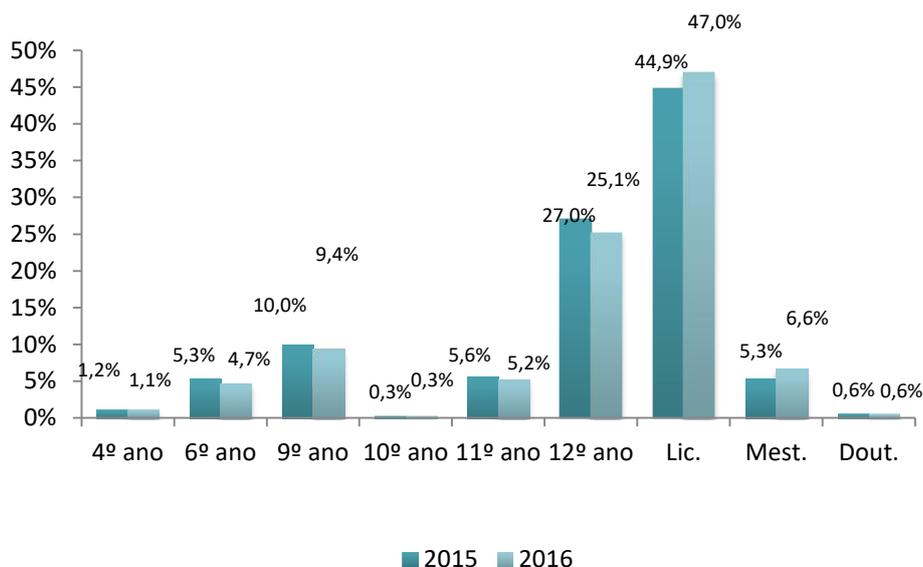
A média etária em 2016 situou-se nos **51,2 anos**, ligeiramente abaixo da de 2015 (51,8 anos) por força da entrada de novos assessores parlamentares.

**Gráfico 7 - EFETIVOS POR NÍVEL DE ANTIGUIDADE**



O gráfico 7 representa a distribuição percentual de funcionários pelo nível de antiguidade na função pública, com uma maior concentração no escalão “mais de 30 anos de serviço”, que regista 31,5% do total de efetivos. Esta percentagem apresenta uma descida de 0,2% face ao período homólogo, o que se deve também ao ingresso de novos assessores parlamentares, tal como acontece com o nível médio de antiguidade, que, em 2016, se situou nos 22,5 anos (em 2015 foi de 23,3 anos).

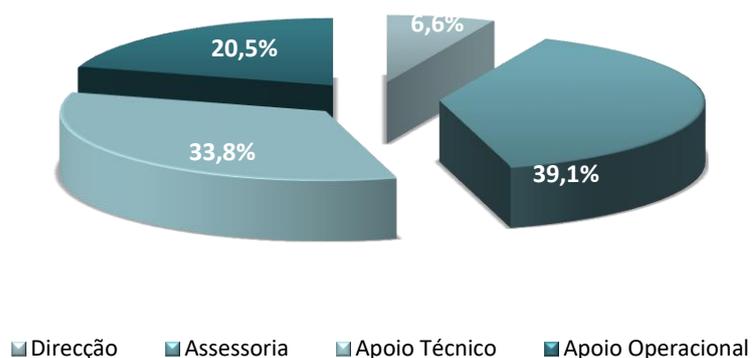
**Gráfico 8 - EFETIVOS POR NÍVEL HABILITACIONAL**



O gráfico 8 apresenta a distribuição dos efetivos por nível habilitacional, verificando-se que 54,2% dos efetivos detêm o grau de licenciatura ou superior, representando assim mais de metade do total de efetivos.

O nível habilitacional da licenciatura continua a ser o que assume maior expressão, com 47% do total de funcionários.

**Gráfico 9- FUNCIONÁRIOS POR GRANDES ÁREAS DE ATIVIDADE**



Os efetivos podem ser ainda agrupados por quatro grandes áreas, apresentadas no gráfico 9, refletindo a estrutura funcional dos serviços da AR. Como é expectável, o menor grupo corresponde à direção, que em 2016 assumiu um valor correspondente a 6,6%.

O maior grupo é o do apoio técnico, com 39,1% (que engloba as carreiras a que se refere o artigo 94.º do Estatuto dos Funcionários Parlamentares), seguido do grupo de assessoria, com 33,8%. O apoio operacional corresponde a 20,5% do total de funcionários.

### 3.2 Formação

No que se refere à **Formação Profissional**, assinala-se a execução do Plano de Formação para 2016, no âmbito do qual se realizaram 8.033 horas de formação (7.025 internas e 1.108 externas), que abrangeram todos os Grupos de Pessoal.

Horas de Formação por Grupo Profissional	Dirigente	Assessor Parlamentar	Técnico	Técnico A. Parlamentar	Assistente Operacional	Outros	Total
<b>Horas de Formação. Interna</b>	872	2.957	259	2.424	513	0	<b>7.025</b>
<b>Horas de Formação Externa</b>	21	793	15	261	18	0	<b>1.108</b>
<b>Total</b>	<b>893</b>	<b>3.750</b>	<b>274</b>	<b>2.685</b>	<b>531</b>	<b>0</b>	<b>8.133</b>

Ocorreram 1.033 participações em ações de formação (985 internas e 48 em ações de formação externas), as quais abrangeram Funcionários Parlamentares, Funcionários de Grupos Parlamentares e Funcionários de Conselhos, cujo, orçamento, integram o OAR.

Total de Funcionários em ações de formação	
<b>Internas</b>	985
<b>Externas</b>	48
<b>Total</b>	<b>1.033</b>

As ações de formação executadas ao longo de 2016 foram distribuídas por diversas áreas formativas, tendo todas elas como objetivo genérico desenvolver as competências individuais e coletivas dos Funcionários Parlamentares.

Os cursos relacionados com as áreas de Formação Específica – Relações Públicas e Protocolo (352 h), Assuntos Jurídicos (113 h), Línguas (2.210 h), Informática na Ótica do Utilizador (1.934 h), BAD – Biblioteca, Arquivo e Documentação (764 horas), Assuntos de Economia e Finanças (455 horas), Gestão de Recursos Humanos (1.845 horas) foram os que tiveram maior participação de formandos.

### 3.3 Atividade Cultural e de Comunicação

O ano de 2016 foi o primeiro em que a plataforma de WEB TV esteve plenamente em funcionamento, o que aumentou o número de diretos possíveis através da possibilidade de ver até 7 emissões em direto. Tal facto levou a um acréscimo do trabalho de produção do **Canal Parlamento**, que teve uma emissão de 7.000 horas (através dos operadores de cabo e na internet) e de 3.000 horas através da TDT, para além das quase 1.500 horas de transmissão dos trabalhos das Comissões Parlamentares e das 165 horas dedicadas a outros eventos.

Estes dados representam aumentos consideráveis em relação aos valores registados em 2015, traduzindo-se em aumentos de 18% na emissão total (cabo+net), de 41% no que às Comissões respeita e de 50% em relação a outros eventos.

No **sistema de gravação digital** (DIGIAUDIO), foram gravadas 310h de reuniões plenárias e 5.040,5h de reuniões de comissões parlamentares, o que, neste último caso, representa um **aumento de 28% em relação ao número de horas gravadas em 2015**.

No âmbito da atividade cultural, as **visitas ao palácio de S. Bento** assumem um papel importante porquanto apresentam o Parlamento e o Palácio de S. Bento numa perspetiva pedagógica e de informação para a cidadania, de forma participada e interativa.

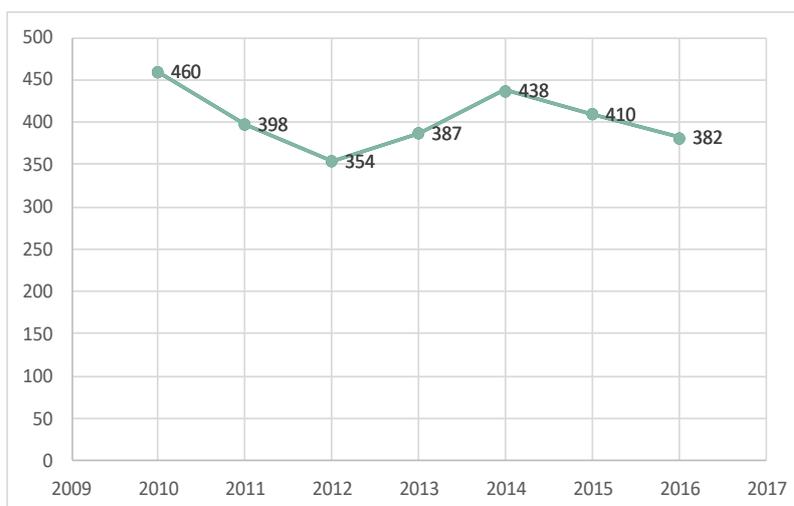
No ano em análise manteve-se o formato das visitas dos últimos anos, com visitas guiadas em dias úteis e no último sábado do mês e visitas livres nos dias de "Parlamento de Porta Aberta", ou seja, no âmbito das comemorações do 25 de Abril, durante a tarde, e das Jornadas Europeias do Património (JEP), no último fim-de-semana de setembro.

Em 2016 foram, assim, acolhidos **19 059 visitantes** ao Palácio de S. Bento, dos quais **14 890** participaram nas **382 visitas guiadas** realizadas.

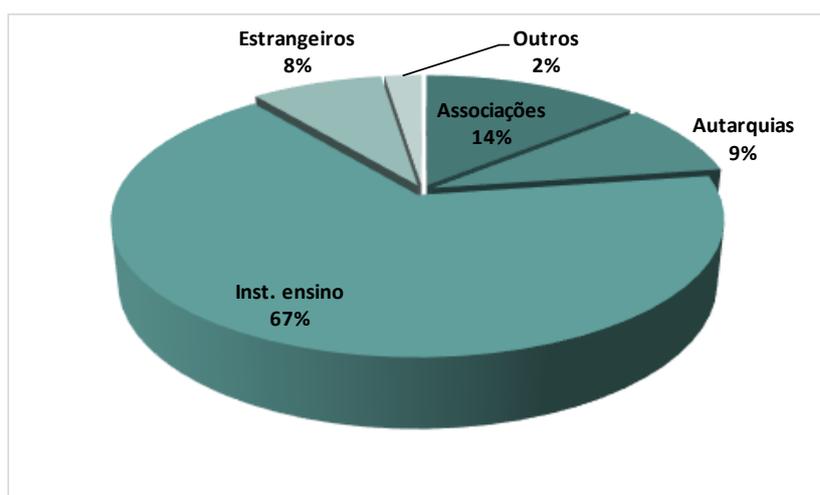
Relativamente ao número de **visitas guiadas** efetuadas, verifica-se uma diminuição de 7% relativamente a 2015 (menos 30 visitas), verificando-se, no entanto, um aumento de 9% no número de visitantes participantes em visitas guiadas, relativamente a 2015, aumento este justificado pelo facto de a dimensão dos grupos de visitantes ser superior.

Relativamente ao público-alvo das visitas guiadas, continua a registar-se que os participantes são maioritariamente estudantes de instituições dos vários graus de ensino, numa proporção de 67%, pelo que é pertinente dar continuidade ao trabalho desenvolvido no sentido de utilizar este forte instrumento de apresentação do Parlamento, como referido, numa perspetiva pedagógica e de cidadania e de forma participativa e interativa.

**Gráfico10.1 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE VISITAS GUIADAS (DIAS ÚTEIS E SÁBADOS)**



**Gráfico 10.2 – DISTRIBUIÇÃO DAS VISITAS GUIADAS POR GRUPOS DE PÚBLICO-ALVO (DIAS ÚTEIS)**

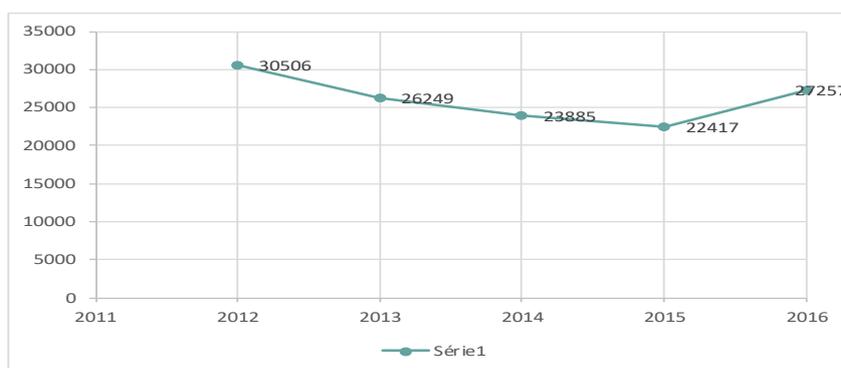


Quanto às **visitas livres**, em 2016, no dia do "**Parlamento de Porta Aberta**", os cidadãos foram convidados a visitar o Palácio de S. Bento na tarde do dia 25 de Abril, sendo que foram acolhidos, entre as 15 e as 19 horas, **2 543** visitantes. Note-se que, comparativamente com a mesma iniciativa decorrida em 2015 e em que o horário de abertura do Palácio se prolongou até às 24 horas, registou-se em 2016, ainda assim, um aumento de cerca de 100 visitantes.

Por ocasião da celebração das **Jornadas Europeias de Património**, que decorreram nos dias 24 e 25 de setembro de 2016, foram acolhidos **1 625** visitantes. Este número de participantes, diminuto comparativamente ao que se verificou apenas numa tarde, como já referido, no dia 25 de abril de 2016, poderá justifica-se pelo facto de as JEP se celebrarem, simultaneamente, em vários monumentos em Lisboa e por todo o país.

No que diz respeito à **assistência a sessões plenárias**, em 2016 verificou-se, pela primeira vez desde 2012, um aumento do interesse por parte dos cidadãos, tendo sido registada a presença na Sala das Sessões de **27 257** pessoas. Comparativamente com 2015, em que se registou a presença de apenas 22 417 cidadãos, verificou-se um aumento de 18%.

**Gráfico 11 – EVOLUÇÃO DE ASSISTÊNCIAS A SESSÕES PLENÁRIAS**



O **portal internet** da Assembleia da República, [www.parlamento.pt](http://www.parlamento.pt), continua a ser o veículo de comunicação mais abrangente, difundindo toda a atividade parlamentar que decorre no Parlamento, a cada momento.

Em termos estatísticos, o total de visitantes do portal foi de **3 348 366**, o que representa uma **média mensal de 279 030** acessos, mantendo-se a tendência de crescimento verificada nos últimos anos.

**Gráfico 12 – NÚMERO DE VISITANTES DO PORTAL DO PARLAMENTO**



O **Boletim Informativo**, contendo a **agenda parlamentar** e toda a restante informação essencial sobre as atividades do Parlamento, nomeadamente as agendas das comissões parlamentares, de forma permanente e atualizada, continua a ser um recurso de referência e grande utilidade, quer para os órgãos de comunicação social, quer para os cidadãos.

Manteve-se ainda a publicação da **ComunicAR**, uma *newsletter* mensal de toda a atividade parlamentar, distribuída a cerca de **25.000** endereços de correio eletrónico.

### 3.4 Funcionamento

**3.4.1.** No âmbito do aprovisionamento e gestão do património, os objetivos estratégicos centraram-se em "**reforçar a eficiência através das melhores práticas de gestão**" e em "**melhorar a comunicação e reforçar a eficácia dos sistemas de informação**".

No que respeita ao primeiro objetivo este foi concretizado através das seguintes ações:

- **Criação de indicadores de gestão** que permitiram avaliar o serviço de requisições, em particular avaliar o tempo médio de satisfação das requisições; elaborar estatísticas periódicas sobre consumos e efetuar um controlo interno nos armazéns do economato;
- **Melhoria no acompanhamento dos serviços prestados**, continuou-se a dar resposta às requisições de bens móveis e de consumíveis, com a inerente gestão de stocks, incluindo a manutenção atualizada de um inventário geral de bens móveis e imóveis da Assembleia; aferição do grau de satisfação dos utentes; introdução de mecanismos de acompanhamento sistemático nas peças processuais dos novos procedimentos de aquisição de contratos de longa duração e prestações continuadas abertura (alimentação, limpezas, mudanças e manutenção das instalações);
- **Promoção de soluções de melhorias procedimentais**, dando-se início aos trabalhos de upgrade da aplicação ARDAPAT - aplicação onde se encontram todos os procedimentos concursais desde 2002; divulgaram-se as linhas orientadoras para aplicação das reduções contratuais previstas pela Lei do OE/2016; celebraram-se contratos de fornecimento de viagens e alojamentos ao abrigo do acordo quadro existente e efetuou-se uma gestão centralizada da carteira de seguros da AR.

No âmbito do segundo objetivo estratégico, salienta-se a **melhoria do sistema SIGAR e da informação a disponibilizar aos SAR**, designadamente, a centralização no SIGAR todos os contratos dos SAR, passando este sistema, por um lado, a deter toda a informação relativa à gestão dos contratos duradouros e a servir de reporte anual ao Tribunal de Contas em matéria da "situação administrativa dos contratos", bem como a permitir uma melhor gestão dos contratos a nível de cada serviço;

**3.4.2.** No que se refere à **política ambiental**, ao longo do ano teve-se como objetivo continuar a trabalhar para **transformar a AR numa organização ambientalmente sustentável e eco eficiente**, procedendo-se à aquisição de sistemas de climatização e ventilação que visam assegurar uma boa qualidade do ar interior e que são eficientemente energéticos, contribuindo, igualmente, para uma racionalização de consumos e custos. No âmbito das medidas que visam a racionalização de consumos e custos, salientam-se, as áreas de iluminação (adoção em todos os edifícios de lâmpadas LED, de baixo consumo), a nível do consumo da água (a reparação das torres de arrefecimento de

AVAC do Novo Edifício permitiu reduzir o consumo de água no último quadrimestre em 55,8%) e da energia (substituição de equipamentos, designadamente, caldeiras a gás por bombas de calor e termoacumuladores, cujo efeito prático contribuiu uma redução destes consumos energéticos na ordem dos 40%). No que se refere à gestão de resíduos, foi elaborado o Plano de Gestão de Resíduos. Por último, sublinhe-se a crescente prática de introdução de critérios ambientais como ponderadores de seleção de propostas de aquisição de bens e serviços, como foi o caso do concurso das limpezas, a aquisição de artigos sanitários, aquisição de papel de fotocópia, bem como a obrigação dos prestadores de serviços aderirem ao manual de boas práticas ambientais, aprovado na sequência da auditoria.

**3.4.3.** No que respeita à **Biblioteca**, existiam, no final de 2016, 120.357 registos bibliográficos, correspondendo a 49.494 registos de monografias, 3.352 de publicações em série e 67.511 registos de analíticos.

**3.4.4.** A atividade de **Tradução** da Assembleia da República desenvolveu-se, no ano de 2016, nas vertentes de tradução e revisão de textos em oito línguas de trabalho (português, inglês, francês, espanhol, alemão, árabe, italiano, e russo), bem como do apoio linguístico, nomeadamente em documentação de apoio a conferências e reuniões de assembleias parlamentares, documentação relativa às comissões parlamentares, apresentações de diapositivos para delegações estrangeiras, intervenções e curricula de deputados, legislação e nomenclatura de legislação específica, pareceres da Comissão de Assuntos Europeus, questionários, relatórios, textos relativos a peças do Museu, programas de conferências, correspondência dos Gabinetes e outros.

Destaca-se o apoio, ao nível de tradução, dado às reuniões das organizações parlamentares internacionais, em particular à candidatura à presidência do Grupo Geopolítico dos 12+ no âmbito da União Interparlamentar, às conferências organizadas pelas comissões parlamentares, bem como na atualização da página da Internet do Parlamento, em inglês e francês.

Realce-se, por último, a organização, em parceria com a **Procuradoria-Geral da República e a Direção-Geral da Tradução da Comissão Europeia**, do **7.º Encontro de Tradutores da Administração Pública**, que, neste ano, debateu **o perfil do tradutor institucional: adaptação a novas realidades**.

## 4. Atividade Editorial

A Assembleia da República deu continuidade, em 2016, à atividade cultural e editorial, traduzida na edição de livros, brochuras, folhetos, convites e outros materiais promocionais; na organização de exposições relacionadas com a história e a atividade do Parlamento; na dinamização e comercialização de artigos na Livraria Parlamentar; na produção de peças e artigos evocativos; na gestão de stocks e dos armazéns de peças e publicações, bem como das ofertas institucionais; na organização de sessões de lançamento de livros e na divulgação do Parlamento, quer através da Livraria Parlamentar, quer da participação anual na Feira do Livro de Lisboa.

Foram editados 12 livros, dos quais 2 são publicações eletrónicas, registando-se um decréscimo de 5 títulos relativamente a 2015.

No âmbito da comunicação institucional foi dada continuidade aos trabalhos de conceção de imagens coordenadas para os eventos da Assembleia da República e pela produção de materiais de divulgação diversos (anúncios, cartazes, convites, sinalética, programas, telas, roll ups, folhetos, imagens para o portal da AR e para a newsletter ComunicAR, etc.). Em 2016, destacam-se, pelo seu ecletismo, os trabalhos gráficos desenvolvidos no âmbito das comemorações dos 40 anos da Constituição da República Portuguesa, que incluíram uma homenagem aos Deputados Constituintes, uma sessão evocativa, uma peça de teatro, uma exposição e um ciclo de conferências. Merece também especial referência a produção de materiais no contexto da participação da Assembleia da República nas Jornadas Europeias do Património e nas duas edições anuais do Parlamento dos Jovens.

Salienta-se, ainda, que no âmbito da atividade editorial esta é a atividade que maior crescimento tem registado nos últimos anos, em resposta ao também crescente número de solicitações internas e externas, proporcional ao reconhecimento da necessidade de projeção dos eventos e atividades parlamentares.

Em 2016 foram organizadas as seguintes exposições:

“A Prova do Tempo: 40 anos de Constituição”, a primeira exposição exclusivamente multimédia e interativa realizada pelo Parlamento, “O Nascimento de uma Democracia” (Coruche) e “Portugal e a Grande Guerra” (Coimbra e Vila Franca de Xira).

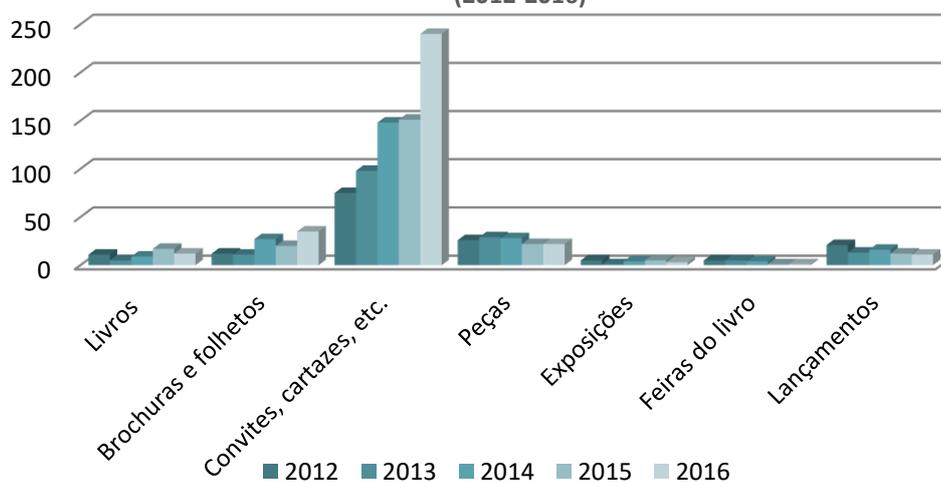
Manteve-se a participação na Feira do Livro de Lisboa, que decorreu entre 26 de maio e 13 de junho. A decoração do pavilhão foi este ano dedicada ao tema dos 40 anos da Constituição da República Portuguesa.

**Quadro 13**

ATIVIDADE EDITORIAL 2016	
<b>Livros</b>	
Impressos	10
Eletrónicos	2
<b>Material promocional e de apoio aos eventos parlamentares</b>	
Brochuras, folhetos, postais, marcadores, convites, anúncios e cartazes	275
Agendas	2
<b>Peças e merchandising</b>	
Peças novas: porcelanas, cortiças, papelaria	22
<b>Feiras do livro</b>	
Lisboa e Livraria parlamentar	1
<b>Lançamentos de livros</b>	
Edições da AR	0
Outras Editoras	11

O contrato de distribuição exclusiva das publicações da Assembleia da República pelas livrarias nacionais, estabelecido em 2013 com a Imprensa Nacional Casa da Moeda, permitiu uma maior divulgação da produção editorial do Parlamento, ainda que o volume de vendas tenha decrescido relativamente a 2015, situando-se pouco acima dos 4.000 €.

**Gráfico 13**  
EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE EDITORIAL  
(2012-2016)



Em 2016, a Livraria Parlamentar registou vendas no valor líquido de 54.642,81 €, o mais elevado dos últimos 4 anos.

## 5. Cooperação Interparlamentar

### 5.1. Bilateral

No âmbito da Cooperação estabelecida com os Parlamentos de Língua Portuguesa, durante o ano de 2016, importa salientar a assinatura, em 26 de fevereiro, do Programa de Cooperação entre a Assembleia da República e a Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe 2016-2018, bem como a assinatura dos Relatórios de Avaliação Intercalar do Programa de Cooperação entre a Assembleia da República e a Assembleia Nacional de Cabo Verde 2015-2017, a 15 de julho, e do Programa de Cooperação entre a Assembleia da República e a Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau 2015-2017, a 3 de novembro.

Ao nível das atividades desenvolvidas durante o ano de 2016, ao abrigo dos vários Programas de Cooperação Parlamentar realizaram-se as seguintes ações de cooperação com seis Parlamentos de língua Portuguesa:

- ✓ **Assembleia Nacional da República de Angola (ANRA) – 2 ações**
- ✓ **Assembleia Nacional de Cabo Verde (ANCV) – 3 ações**
- ✓ **Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau (ANPGB) – 7 ações**
- ✓ **Assembleia da República de Moçambique (ARM) – 6 ações**
- ✓ **Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe (ANSTP) – 3 ações**
- ✓ **Parlamento Nacional de Timor-Leste (PNTL) – 11 ações**

### 5.2. Multilateral

No domínio da cooperação parlamentar multilateral, e no quadro das atividades da Associação de Secretários-Gerais dos Parlamentos de Língua Portuguesa (ASG-PLP), a Assembleia da República participou no XVII Encontro da ASG-PLP na Cidade de Maputo, de 27 a 29 de setembro, no qual assumiu a Presidência desta organização.

Participou ainda no XI Encontro de Quadros de Informática dos Parlamentos de Língua Portuguesa, de 12 a 15 de setembro, e no I Encontro de Gestão Estratégica dos Parlamentos de Língua Portuguesa, em Brasília, de 7 a 11 de novembro.

Destaca-se também a organização do Seminário de Legística e Qualidade da Lei, nas instalações da Assembleia da República, de 30 de maio a 2 de junho.

Prosseguiram os trabalhos relativos à implementação de bases de dados do processo legislativo e da atividade parlamentar, com o apoio da Assembleia da República, designadamente na Assembleia Nacional de Cabo Verde, na Assembleia Nacional de S. Tomé e Príncipe e no Parlamento Nacional de Timor Leste.

Em 2016, foram ainda realizadas seis missões de *Twinning*, no contexto do apoio em várias áreas ao Parlamento do Kosovo, bem como se acolheu uma visita de estudo de uma delegação do Parlamento da Albânia, no contexto da cooperação com a OSCE.

## 6. Gestão das Tecnologias de Informação

Na sequência da Consultoria ao Sistema Informático da Assembleia da República (SIAR), ocorrida em 2015, que determinou a sua Evolução Estratégica, em 2016 deu-se início à implementação de alguns dos projetos assinalados como prioritários para a evolução da AR.

Durante o ano de 2016 foram concretizados projetos destinados à melhoria das soluções disponibilizadas aos utilizadores e à modernização tecnológica, realçando-se a adoção de *tablets* para o trabalho parlamentar e o reforço da cobertura de rede *wifi* nas instalações da AR. Foram ainda desenvolvidos projetos que contribuiram para o aumento da segurança informática e de informação, como a substituição de dois sistemas de importância vital para este objetivo, o *proxy* e a *firewall*.

**6.1** - No âmbito da **promoção da modernização administrativa e tecnológica**, assinalam-se os seguintes projetos:

- **Reforço da Mobilidade** – Na sequência de diversas solicitações dos Deputados, no sentido de que a AR adotasse a utilização de equipamentos mais adequados à mobilidade, em alternativa aos computadores portáteis, foram desenvolvidos estudos técnicos de viabilidade de disponibilização de *tablets* para acesso à rede da AR. Tendo-se concluído que a sua adoção não coloca em risco a segurança do sistema informático, foi possível a substituição dos portáteis por *tablets*, nos casos em que os utilizadores manifestaram tal interesse.
- **Atualização do parque informático da AR** - Dando seguimento ao processo de substituição dos desktops dos SAR, iniciado em 2014, procedeu-se à aquisição de uma centena de desktops com vista à conclusão da renovação deste parque. Esta necessidade constava também como uma recomendação da consultoria ao SIAR de 2015, aprovada em CA.
- Ao nível das atividades parlamentares, procedeu-se à **implementação de sistemas de alertas aos Deputados e SAR**, relativamente a votos entrados e respetivas alterações, alterações aos guiões de votações e alterações aos textos das iniciativas. Estes alertas destinam-se a disponibilizar de forma imediata as atualizações referidas, a todos os Deputados e serviços com interesse na matéria.

- Com o intuito de **facultar a informação, em tempo real, da situação dos processos obrigatórios dos Deputados**, (registo de interesses, registo biográfico e declaração de incompatibilidades), foram desenvolvidos os mecanismos para a disponibilização desta informação, a partir de um ecrã disponibilizado na AR@Net e Portal do Deputado. Esta nova funcionalidade permite ainda saber, em cada momento, quais os processos de Deputados, de carácter obrigatório, que estejam em falta.

**6.2** - Ao nível do reforço da **segurança informática e de informação** foram desenvolvidas atividades de importância significativa para a AR e que, portanto, importa assinalar:

- **Substituição da firewall externa**, componente crítico para a segurança informática do sistema informático da AR, que estabelece e regula o contacto entre o sistema informático da AR e a Internet, gerindo simultaneamente a necessidade de comunicação, acesso e presença na rede global e o ambiente tecnológico extremamente agressivo da rede pública. Dada a necessidade de atualização do sistema existente, de reforço de funcionalidades de segurança aplicadas à rede de dados e pelo aproximar do final de suporte da versão do hardware que se encontrava em produção, tal como previsto, procedeu-se à aquisição e substituição do sistema existente por um tecnologicamente mais evoluído e adequado às atuais necessidades da AR.
- **Substituição do sistema de acesso à internet (proxy)**, sistema que processa os acessos dos utilizadores do sistema informático da AR à internet, integrando funcionalidades de proteção de código malicioso, filtros automáticos de conteúdos e proteção antivírus. Com o objetivo de introduzir um sistema de maior desempenho, com menor probabilidade de falhas, de forma a facilitar a arquitetura de configuração do sistema informático, contribuindo para otimizar a experiência de acesso à internet do utilizador, tal como previsto, foi concretizada a aquisição, configuração e implementação de um novo sistema de proxy.
- **Adoção de novo antivírus nos postos físicos** - Este projeto visou determinar qual o melhor Antivírus/Spyware para os postos físicos da AR. Analisou-se a resposta do produto em uso e de outro alternativo (sem custos adicionais), tendo-se procedido à troca do antivírus em todos os postos físicos, obtendo-se uma melhor proteção em relação a ameaças de vírus e spyware bem como uma redução dos custos com o licenciamento e manutenção do anterior produto.

**6.3** - No que diz respeito ao **desenvolvimento de melhorias das soluções tecnológicas** já existentes foram também implementadas diversas funcionalidades que concorrem para este objetivo, a saber:

- **Reforço da cobertura da rede wireless** - Após a expansão e alteração do funcionamento da rede sem fios, efetuada anteriormente, foi planeado o reforço da cobertura da rede wireless nas instalações da AR e a otimização do trânsito de clientes da rede. O reforço da cobertura tem vindo a ser executado com base em informação recolhida por auditorias à rede sem fios desencadeadas pelo CINF.
- **Implementação da Ligação da aplicação das Iniciativas Europeias com o sistema E-trustEx da Comissão Europeia**, permitindo o registo automático das iniciativas europeias na aplicação de suporte à atividade parlamentar (AP);
- **Motor de pesquisa da AR@Net** – Foram promovidos esforços para a indexação de todas as bases do SIAR e para a reconfiguração do motor de pesquisa, de forma a apresentar resultados de uma forma inteligente, baseada na meta informação indexada. Neste âmbito, foram definidos âmbitos de procura, implementados mecanismos que permitem uma previsualização dos resultados da pesquisa e definidas políticas de indexação e reindexação das bases, de forma independente e autónoma.
- Com o intuito de melhorar a performance do Boletim Informativo, foram **desenvolvidos e otimizados webservices para consulta e disponibilização célere da informação**. Foi também feita a adequação dos *layouts* de acordo com os estilos da AR@Net/Portal do Deputado. O resultado da alteração programática teve um impacto muito significativo na performance de resposta desta aplicação.
- **Introdução de melhorias à aplicação AR@PLOE** - A aplicação informática AR@PLOE foi desenvolvida para gerir o processo de apreciação parlamentar da Proposta de Lei do Orçamento de Estado (PPLOE) e tem servido de suporte aos Senhores Deputados, à Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa e aos Serviços da AR no seu trabalho durante toda a tramitação processual da apreciação parlamentar do OE. Na sequência das discussões e votações dos OE 2016 e OE 2017, foram introduzidas as alterações solicitadas pelos Serviços intervenientes, Grupos Parlamentares e Deputados da Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa, com vista à contínua melhoria desta ferramenta.
- No sentido de restringir ao essencial e relevante as notícias publicitadas no portal do Deputado, foi concretizada a **autonomização da publicação de notícias na AR@Net e no Portal do Deputado**.

**6.4** - Numa ótica de racionalização foram **implementadas medidas que concorrem para a diminuição dos custos de utilização dos sistemas informáticos da AR**, a saber:

- **Implementação de uma solução de telefonia VOIP** - A solução existente, de centrais telefónicas analógicas adquiridas em 1999, apresentava um crescente risco tecnológico, dada a sua obsolescência e degradação da infraestrutura física. A criticidade da solução de voz em uso na AR levou à pesquisa de soluções alternativas que permitissem ultrapassar as fragilidades existentes. A solução encontrada, tecnologia VOIP, representa um passo evolutivo na solução de voz, e permite aumentar a integração com as restantes soluções de comunicações existentes na AR, assegurando assim a sua gestão centralizada e integrada, com benefícios para os utilizadores.

Em 2015 foi lançado um concurso público internacional visando a aquisição e implementação de uma solução de telefonia VOIP que contempla a substituição das centrais telefónicas e de todos os terminais telefónicos da AR. O concurso decorreu durante o ano de 2016, tendo o sistema sido implementado e afinado durante o final do ano em apreço. A sua entrada em produção está prevista para o início de 2017.

- **Substituição dos faxes físicos** - A solução de fax em funcionamento na AR encontrava-se já obsoleta e desadequada face à evolução tecnológica desta instituição. Para além da sua reduzida utilização, estes aparelhos requeriam linhas dedicadas que importam custos mensais. A par da implementação da solução VOIP, procedeu-se à substituição de todos os equipamentos de fax físicos pela solução de fax eletrónico. O objetivo é que o envio/receção de faxes seja feito através do Outlook e, sempre que possível, seja feita a integração da funcionalidade de envio de digitalizações para email, através das fotocopiadoras de grande volume.

## 7. Investimentos

### 7.1 Investimentos realizados em 2016

No ano de 2016, em termos orçamentais, regista-se um crescimento de 29,1% do orçamento de investimento, relativamente a 2015, tendo concorrido para este aumento o acréscimo verificado em "Software Informático" com um aumento de 113,8%, (+€567.813), em "Bens do Domínio Público" com uma variação positiva de 36,9% (+€441.388) e em "Edifícios" com um crescimento de 267,7% (+€203.861).

#### Quadro 14 – EVOLUÇÃO DOS MONTANTES ORÇAMENTADOS PARA INVESTIMENTO

Unidade: Euro

Investimento	OAR2015	OAR2016	Var%
	Corrigido	Corrigido	
	1	2	3=2/1
Edifícios	76.139,00	280.000,00	267,7%
Equipamento de informática	1.032.500,00	985.902,00	-4,5%
Software informático	498.819,00	1.066.632,00	113,8%
Equipamento Administrativo	340.000,00	492.200,00	44,8%
Artigos e objetos de valor	3.000,00	24.450,00	715,0%
Equipamento de gravação e audiovisual	689.592,00	464.812,00	-32,6%
Bens do Domínio Público	1.196.668,00	1.638.056,00	36,9%
<b>TOTAL</b>	<b>3.836.718,00</b>	<b>4.952.052,00</b>	<b>29,1%</b>

A análise do quadro supra permite ainda identificar as rubricas que apresentam decréscimos, nomeadamente “Equipamento Informático” e “Equipamento de gravação audiovisual” que apresentam, respetivamente, decréscimos de 4,5% e 32,6%.

Os valores orçamentados apresentam um nível de execução global em 2016 de 36,5% registando-se um decréscimo de 4,7% da execução orçamental relativamente a 2015 (cfr. Quadro 5).

O orçamento para investimento não utilizado, em 2016, foi de €3.143.504,49, representando, em grande parte, os baixos níveis de execução em: “Bens do Domínio Público”, “Software informático” e “Equipamento de gravação e audiovisual” (cf. Quadro 15).

#### Quadro 15 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DOS INVESTIMENTOS

Unidade: Euro

Investimento	2016		GR%
	Corrigido	Encargos Assumidos	
	1	2	3=2/1
Edifícios	280 000,00	63 223,23	22,6%
Equipamento de informática	985 902,00	616 511,97	62,5%
Software informático	1 066 632,00	504 897,03	47,3%
Equipamento Administrativo	492 200,00	370 097,47	75,2%
Artigos e objetos de valor	24 450,00	20 700,00	84,7%
Equipamento de gravação e audiovisual	464 812,00	59 388,77	12,8%
Bens do Domínio Público	1 638 056,00	173 729,04	10,6%
<b>TOTAL</b>	<b>4 952 052,00</b>	<b>1 808 547,51</b>	<b>36,5%</b>

Os investimentos, contabilizados em “**Edifícios**” e em “**Bens de domínio público**” - Palácio de São Bento - respeitam a obras de conservação e beneficiação do património imobiliário da Assembleia da República, assim como à melhoria das suas instalações.

No ano de 2016, no âmbito do investimento os objetivos estratégicos passaram por **melhorar as condições de trabalho**, designadamente nas seguintes ações:

- **Apetrechar os Gabinetes, SAR e Grupos Parlamentares de equipamentos necessários à prossecução das suas tarefas**, pelo que no domínio do “Equipamento administrativo” verificou-se uma taxa de execução orçamental de 75,2%, nomeadamente ao nível das aquisições de mobiliário e de equipamentos específicos (elevadores de escada) para pessoas com mobilidade condicionada, passando pelos sistemas de segurança e deteção de incêndios;
- **Promover a melhoria contínua das instalações** que tem inerente a conservação do Património Imobiliário da AR. Em termos de **obras de melhoria/conservação**, apesar da contínua conjuntura de contenção orçamental, foram concluídas as seguintes empreitadas: **Empreitada de requalificação do espaço da Reprografia/Protocolo** (permitiu a criação de três novas salas destinadas à instalação dos serviços da Divisão do Protocolo e Divisão de Apoio ao Plenário, rentabilizando deste modo a ocupação do espaço); **Empreitada de ampliação das instalações do CINF** (na qual se criou uma nova sala e um acesso interior ao Espaço Pombal) e a **Empreitada de requalificação da rede de drenagem de águas pluviais do Novo Edifício** (que permitiu renovar/substituir integralmente todos os elementos que compõem a rede de drenagem, que se encontravam obstruídos).

Em face dos objetivos de uma rigorosa gestão orçamental, houve empreitadas que foram adiadas e projetos reformulados, face ao custo apresentado. Outro dos fatores que contribuiu para a reduzida execução dos investimentos é a complexidade dos projetos, que obrigaram a constantes reformulações e a revisão dos mesmos, atrasando o lançamento dos procedimentos concursais.

Acresce referir que foram lançados os seguintes procedimentos concursais, embora não tenham sido concluídos, a saber:

- Empreitada de requalificação dos sótãos do Andar Nobre (Fase B), tendente a concluir a requalificação das coberturas do Palácio de São Bento, (as anteriores fases permitiram a reabilitação de todos os sótãos do corpo principal do edifício, nomeadamente ala dos Vices-PAR, ala da PAR, Salão Nobre e zona da Biblioteca). O concurso público decorreu em 2015, contudo, em face dos erros e omissões reportados pelos concorrentes foi necessário proceder a nova revisão do projeto, pelo que em 2016 o projeto foi revisto. Prevê-se a realização da empreitada em 2017.
- Empreitada de substituição do sistema automático de deteção de incêndios no Palácio, o qual pretende melhorar e adaptar às novas técnicas existentes todo o sistema de deteção de incêndios deste edifício histórico e de classificação monumental, nomeadamente através da substituição da central, cablagens e equipamentos de deteção, cuja obsolescência tem

levado à crescente carência de peças de substituição. Este concurso foi concluído em 2015, tendo ficado deserto, por exclusão de todas as propostas. Neste contexto, em 2016, os serviços adjudicaram a uma empresa de engenharia de segurança a elaboração de novo caderno de encargos para lançamento de novo procedimento concursal a ter lugar em 2017.

- Empreitada de AVAC da Sala do Senado foi adjudicada a elaboração do projeto de acordo com novas orientações. Está prevista a execução da empreitada em 2017.

Não obstante as obras inscritas no Plano de Investimentos de 2016, a ação estendeu-se, igualmente a outros projetos, de igual relevância, não previstas no Plano de Atividades, destinados quer ao aproveitamento e rentabilização dos espaços e da sua reafecção, quer à conservação do património da AR com a finalidade de criar condições de segurança e conforto nos diversos edifícios da AR: Palácio de São Bento, Edifício D. Carlos I, Edifício Novo e Casa Amarela.

No tocante ao **“Equipamento de gravação e audiovisual”**, a taxa de execução orçamental de **12,8%**, é justificada pela conclusão dos contratos de assistência e manutenção dos sistemas de apoio áudio, de votação e de projeção ao Plenário, que acabaram por concentrar os esforços, não se tendo executado parte do planeado para 2016, fazendo transitar parte dos projetos de investimento para 2017.

## 7.2 Projetos transitados para 2017

A identificação dos projetos com encargos transitados para 2017, por via da respetiva natureza e do inerente regime de pagamento faseado e/ou por motivo de decorrerem de procedimentos concursais já iniciados e ainda não concluídos, consta do quadro seguinte:

**Quadro 16 – PROJETOS COM ENCARGOS TRANSITADOS PARA 2017**

<b>EQUIPAMENTO AUDIOVISUAL</b>	
Fornecimento de UP/DOWN/CROSS - Converter para sinais de video 3G/HD/SD-SDI, para o Canal Parlamento	€ 794,58
<b>EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA</b>	
Aquisição de Gateway Cisco VG320 de 48 portas fontes de alimentação de telefone e serviços de implementação e manutenção, aquisição de sistema Proxi, aquisição de soluções de telefonia IP do tipo VOIP; Adjudicação do fornecimento da expansão da capacidade de armazenamento, expansão do sistema de salvaguarda de dados e substituição de terminais de virtualização; Aquisição de equipamento informático para a Entidade Fiscalizadora do Segredo de Estado (EFSE)	€ 251.079,86
<b>SOFTWARE INFORMÁTICO</b>	
Adjudicação do fornecimento da expansão da capacidade de armazenamento, expansão do sistema de salvaguarda de dados e substituição de terminais de virtualização; Aquisição de serviços de programação para atualização da aplicação ARDAPAT para a tecnologia Net; Sistema de Gestão Integrada para Biblioteca; valor por pagar software SIGAR, entre outros	€ 111.080,40
<b>EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO</b>	
Fornecimento e instalação de um sistema de deteção de incêndios no Edifício D. Carlos I; Equipamento para a transmissão do canal ARTV no Edifício D. Carlos; Aquisição de diverso mobiliário	€ 23.400,63
<b>Total</b>	<b>€ 386.355,47</b>

## 8. Financiamento

### 8.1. Entidades Autónomas

Neste agrupamento integram-se, não só as transferências para os orçamentos das Entidades Autónomas, concretamente a “Comissão Nacional de Eleições” (CNE), “Comissão Nacional de Proteção de Dados” (CNPd), “Entidade Reguladora para a Comunicação Social” (ERC), “Provedoria de Justiça”, “Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos” (CADA) e “Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida” (CNECV), bem como as verbas destinadas a suportar os encargos com os Conselhos, cujo, orçamentos integram o OAR: “Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa” (CFSI), “Conselho dos Julgados de Paz” (CJP), “Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida” (CNPMA), “Conselho de Fiscalização do Sistema Integrado de Informação Criminal” (CFSIC), “Conselho de Fiscalização da Base de Dados dos Perfis de ADN” (CFBD – ADN), “Entidade Fiscalizadora do Segredo do Estado” e ainda as verbas transferidas para a Associação dos Ex-Deputados e para o Grupo Desportivo Parlamentar (GDP).

**Quadro 17 – EVOLUÇÃO DO FINANCIAMENTO DAS ENTIDADES**

Unidade: Euro

Entidades	OAR2015 corrigido	OAR2016 corrigido	Var%
	1	2	3=2/1
Entidade Reguladora para a Comunicação Social	1.730.802	1.753.912,00	1,3%
Comissão Nacional de Eleições	1.822.711	1.542.480,00	-15,4%
Provedoria de Justiça	5.019.880	5.269.880,00	5,0%
Comissão Nacional de Protecção de Dados	1.159.000	728.657,00	-37,1%
Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos	774.400	782.400,00	1,0%
Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida	288.446	285.646,00	-1,0%
Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações	187.479	202.634,00	8,1%
Conselho dos Julgados de Paz	130.222	264.672,49	103,2%
Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida	200.558	295.569,00	47,4%
Conselho de Fiscalização do Sistema Integ. Inform. Criminal	165.495	187.189,00	13,1%
Conselho de Fiscalização Base de Dados dos Perfis de ADN	114.377	128.770,00	12,6%
Entidade Fiscalizadora do Segredo do Estado	95.800	99.697,00	4,1%
Associação dos Ex-Deputados	24.250	24.250,00	0,0%
Grupo Desportivo Parlamentar	14.017	14.017,00	0,0%
<b>TOTAL</b>	<b>11.727.437,00</b>	<b>11.579.773,49</b>	<b>-1,3%</b>

No que respeita aos orçamentos das entidades que recebem transferências da AR, os valores orçamentados, que constam do quadro acima, integram unicamente as transferências do Orçamento de Estado (correntes e de capital); as demais receitas próprias (incluindo os saldos de gerência) passaram, desde 2011, a integrar exclusivamente o OE, deixando de constar no OAR.

O grau de realização global verificado nesta atividade é de 91,9%, sendo que, no que respeita às Entidades que recebem transferências do OAR, a diferença para a execução plena se deve sobretudo às cativações decorrentes da Lei do OE2016 e à não requisição da totalidade das verbas pela CNPD, atendendo ao nível de receitas próprias registado por aquela entidade. No que respeita aos Conselhos, cujos orçamentos integram o OAR, as taxas de execução variam entre 34,3% (EFSE) e 83,8% (CFSIIC), como se infere do Quadro 18 seguinte:

**Quadro 18 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO FINANCIAMENTO DAS ENTIDADES**

Unidade: Euro

Entidades	OAR2016		GR%
	Dotação corrigida	Encargos Assumidos	
	1	2	3=2/1
Entidade Reguladora para a Comunicação Social	1 753 912,00	1 656 185,00	94,4%
Comissão Nacional de Eleições	1 542 480,00	1 542 480,00	100,0%
Provedoria de Justiça	5 269 880,00	5 066 636,00	96,1%
Comissão Nacional de Protecção de Dados	728 657,00	694 664,00	95,3%
Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos	782 400,00	682 400,00	87,2%
Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida	285 646,00	187 851,25	65,8%
Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações	202 634,00	167 573,25	82,7%
Conselho dos Julgados de Paz	264 672,49	147 464,27	55,7%
Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida	295 569,00	172 467,49	58,4%
Conselho de Fiscalização do Sistema Integ. Inform. Criminal	187 189,00	156 873,40	83,8%
Conselho de Fiscalização Base de Dados dos Perfis de ADN	128 770,00	91 421,83	71,0%
Entidade Fiscalizadora do Segredo do Estado	99 697,00	34 198,55	34,3%
Associação dos Ex-Deputados	24 250,00	24 250,00	100,0%
Grupo Desportivo Parlamentar	14 017,00	14 017,00	100,0%
<b>TOTAL</b>	<b>11 579 773,49</b>	<b>10 638 482,04</b>	<b>91,9%</b>

## 8.2. Subvenções Públicas

No que respeita às subvenções públicas previstas na Lei n.º 19/2003, de 20 de junho, de que se destacam as subvenções aos partidos políticos e às campanhas eleitorais, importa salientar as reduções de 10% e 20%, respetivamente, a manter até 31 de dezembro de 2016, nos termos do artigo 3.º da Lei n.º 55/2010, de 24 de dezembro, com as alterações introduzidas pelo artigo 1.º da Lei n.º 1/2013, de 3 de janeiro.

**Deste modo, foram inscritos €14.276.153 para fazer face ao pagamento das subvenções aos partidos políticos (representados e não representados), com um grau de execução de 100%.**

Foram ainda **orçamentados, a título de “Subvenção pública para as campanhas eleitorais”:** **€4.155.139**, dos quais **€3.408.000 para as eleições Presidenciais de 2016** (com execução de 39,7%

face aos valores de despesa e de receita apresentados pelas candidaturas com direito a subvenção, traduzindo-se num saldo de €2.055.366,64 já devolvido ao Tesouro), e **€747.139 para as eleições da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores** (com execução de 100%).

Em 2016 foram ainda devolvidos ao Tesouro os saldos das subvenções para as campanhas das eleições Legislativas de 2015 (€263.595,52) e das Legislativas da Região Autónoma da Madeira de 2015 (€25.196,07).

ELEIÇÕES	SALDO 31/12/2015	REQUISITADO EM 2016	EXECUÇÃO EM 2016	DEVOLVIDO DGT EM 2016	RNAPS COBRADAS EM 2016	SALDO 31/12/2016
AUTÁRQUICAS 2009	32 111,84	0,00	0,00	0,00	35 365,95	67 477,79
AUTÁRQUICAS 2013	6 782 655,83	0,00	0,00	0,00	0,00	6 782 655,83
EUROPEIAS 2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LEG. RAM 2015	25 196,07	0,00	0,00	25 196,07	0,00	0,00
LEGISLATIVAS 2015	297 888,45	0,00	39 292,08	263 595,52	4 999,15	0,00
LEG. RAA 2016	0,00	747 139,00	747 139,00	0,00	0,00	0,00
PRESIDENCIAIS 2016	0,00	3 408 000,00	1 352 633,36	2 055 366,64	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>7 137 852,19</b>	<b>4 155 139,00</b>	<b>2 139 064,44</b>	<b>2 344 158,23</b>	<b>40 365,10</b>	<b>6 850 133,62</b>

Assim, o saldo de subvenções às campanhas a 31 de dezembro de 2016 no valor de €6.850.133,62 corresponde a saldos gerados pelas Autárquicas de 2009 (€67.477,79, dos quais €32.111,84 já transitaram de 2015 – e integraram o 1º OAR2016 suplementar- e o remanescente €35.365,95 foi cobrado como receita em 2016), e pelas Autárquicas de 2013 (6.782.655,83 – já transitados de 2015 e integrados no 1º OAR2016 suplementar).

Em 2016 foram, assim, cobradas reposições não abatidas relativas a subvenções para as campanhas num total de: €40.365,10, €35.365,95 no âmbito da subvenção para as eleições autárquicas de 2009, e €4.555,99 para as legislativas de 2015 (cujo saldo integral foi, entretanto, devolvido).

Os saldos em aberto a 31/12/2016 serão devolvidos ao Tesouro quando o processo de cobrança das reposições inerentes às Autárquicas 2009 estiver concluído e quando se fizerem os últimos pagamentos no âmbito das Autárquicas 2013.

## 9. Execução Financeira

### 9.1 Das Despesas

Da leitura do Quadro 19, ressalta um grau de execução orçamental global de 72,7%, face a uma execução financeira que foi de 71,2%, valor que resulta do diferencial entre as despesas pagas e os encargos assumidos, apurado no encerramento de exercício.

Quadro 19 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL E FINANCEIRA (CLASSIF. ECONÓMICA)

Unidade: Euro

Despesa por Classificação Económica	OAR2016			GR% Orçamental	GR% Financeira
	Dotação corrigida	Encargos Assumidos	Despesa Paga		
	1	2	3	4=2/1	5=3/1
<b>Corrente</b>	<b>77 946 470,02</b>	<b>60 258 419,44</b>	<b>58 763 383,70</b>	<b>77,3%</b>	<b>75,4%</b>
<b>Despesas com Pessoal</b>	<b>48 084 717,00</b>	<b>44 729 265,96</b>	<b>44 714 635,32</b>	<b>93,0%</b>	<b>93,0%</b>
Remun. certas e permanentes	35 513 623,18	33 482 183,73	33 467 553,09	94,3%	94,2%
Abonos variáveis ou eventuais	3 971 913,82	3 560 981,39	3 560 981,39	89,7%	89,7%
Segurança social	8 599 180,00	7 686 100,84	7 686 100,84	89,4%	89,4%
<b>Aquisição de bens e serviços</b>	<b>19 880 031,00</b>	<b>14 351 838,74</b>	<b>12 877 309,28</b>	<b>72,2%</b>	<b>64,8%</b>
Aquisição de bens	2 130 873,00	1 522 110,92	1 286 683,74	71,4%	60,4%
Aquisição de serviços	17 749 158,00	12 829 727,82	11 590 625,54	72,3%	65,3%
<b>Juros e outros encargos</b>	<b>4 000,00</b>	<b>2 132,13</b>	<b>2 132,13</b>	<b>53,3%</b>	<b>53,3%</b>
Juros e outros encargos	4 000,00	2 132,13	2 132,13	53,3%	53,3%
<b>Transferências correntes</b>	<b>44 267,00</b>	<b>38 267,00</b>	<b>38 267,00</b>	<b>86,4%</b>	<b>86,4%</b>
Entidades Privadas ou Públicas	38 267,00	38 267,00	38 267,00	100,0%	100,0%
Exterior	6 000,00	0,00	0,00	0,0%	0,0%
<b>Subvenções</b>	<b>909 349,00</b>	<b>909 347,04</b>	<b>909 347,04</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>
Subvenção aos Grupos Parl.	909 349,00	909 347,04	909 347,04	100,0%	100,0%
<b>Outras despesas correntes</b>	<b>9 024 106,02</b>	<b>227 568,57</b>	<b>221 692,93</b>	<b>2,5%</b>	<b>2,5%</b>
Dotação provisional	8 776 430,02	0,00	0,00	0,0%	0,0%
Diversas	247 676,00	227 568,57	221 692,93	91,9%	89,5%
<b>Capital</b>	<b>10 830 102,00</b>	<b>1 833 354,10</b>	<b>1 442 991,50</b>	<b>16,9%</b>	<b>13,3%</b>
<b>Aquisição de bens de capital</b>	<b>4 982 552,00</b>	<b>1 833 354,10</b>	<b>1 442 991,50</b>	<b>36,8%</b>	<b>29,0%</b>
Investimentos	3 344 496,00	1 659 625,06	1 269 262,46	49,6%	38,0%
Bens do Domínio Público	1 638 056,00	173 729,04	173 729,04	10,6%	10,6%
<b>Transferência de Capital</b>	<b>18 000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0%</b>
Resto do Mundo	18 000,00	0,00	0,00	0,0%	0,0%
<b>Outras despesas de capital</b>	<b>5 829 550,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0%</b>
Dotação provisional	5 829 550,00	0,00	0,00	0,0%	0,0%
<b>Total AR</b>	<b>88 776 572,02</b>	<b>62 091 773,54</b>	<b>60 206 375,20</b>	<b>69,9%</b>	<b>67,8%</b>
<b>Transf. Entidades Aut. E subvenções</b>	<b>35 947 119,19</b>	<b>28 589 590,68</b>	<b>28 589 590,68</b>	<b>79,5%</b>	<b>79,5%</b>
<b>Transferências correntes</b>	<b>10 039 475,00</b>	<b>9 519 241,28</b>	<b>9 519 241,28</b>	<b>94,8%</b>	<b>94,8%</b>
Administração Central	10 039 475,00	9 519 241,28	9 519 241,28	94,8%	94,8%
<b>Subsidios/ Subvenções</b>	<b>23 239 985,96</b>	<b>16 415 216,20</b>	<b>16 415 216,20</b>	<b>70,6%</b>	<b>70,6%</b>
Instituições/ fins lucrativos	23 239 985,96	16 415 216,20	16 415 216,20	70,6%	70,6%
<b>Transferências de capital</b>	<b>323 500,00</b>	<b>310 974,97</b>	<b>310 974,97</b>	<b>96,1%</b>	<b>96,1%</b>
Administração Central	323 500,00	310 974,97	310 974,97	96,1%	96,1%
<b>Outras despesas de capital</b>	<b>2 344 158,23</b>	<b>2 344 158,23</b>	<b>2 344 158,23</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>
Saldos - Devolução Tesouro	2 344 158,23	2 344 158,23	2 344 158,23	100,0%	100,0%
<b>Total Global</b>	<b>124 723 691,21</b>	<b>90 681 364,22</b>	<b>88 795 965,88</b>	<b>72,7%</b>	<b>71,2%</b>

A despesa assumida que não teve execução financeira deu origem à transição de encargos para 2017, no montante total de €1.885.398,34, cuja distribuição por classificação económica consta do Quadro 20.

**Quadro 20 – ENCARGOS TRANSITADOS PARA 2017 POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA**

Unidade: Euro

Despesa por Classificação Económica	OAR2016				Encargos por pagar 5=1-3
	Encargos Assumidos	Estrutura	Despesa Paga	Estrutura	
	1	2=1/Σ1	3	4=3/Σ3	
<b>Corrente</b>	<b>60 258 419,44</b>	<b>66,5%</b>	<b>58 763 383,70</b>	<b>66,2%</b>	<b>1 495 035,74</b>
<b>Despesas com Pessoal</b>	<b>44 729 265,96</b>	<b>49,3%</b>	<b>44 714 635,32</b>	<b>50,4%</b>	<b>14 630,64</b>
Remun. certas e permanentes	33 482 183,73	36,9%	33 467 553,09	37,7%	14 630,64
Abonos variáveis ou eventuais	3 560 981,39	3,9%	3 560 981,39	4,0%	0,00
Segurança social	7 686 100,84	8,5%	7 686 100,84	8,7%	0,00
<b>Aquisição de bens e serviços</b>	<b>14 351 838,74</b>	<b>15,8%</b>	<b>12 877 309,28</b>	<b>14,5%</b>	<b>1 474 529,46</b>
Aquisição de bens	1 522 110,92	1,7%	1 286 683,74	1,4%	235 427,18
Aquisição de serviços	12 829 727,82	14,1%	11 590 625,54	13,1%	1 239 102,28
<b>Juros e outros encargos</b>	<b>2 132,13</b>	<b>0,0%</b>	<b>2 132,13</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,00</b>
Juros e outros encargos	2 132,13	0,0%	2 132,13	0,0%	0,00
<b>Transferências correntes</b>	<b>38 267,00</b>	<b>0,0%</b>	<b>38 267,00</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,00</b>
Entidades Privadas ou Públicas	38 267,00	0,0%	38 267,00	0,0%	0,00
Exterior	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00
<b>Subvenções</b>	<b>909 347,04</b>	<b>1,0%</b>	<b>909 347,04</b>	<b>1,0%</b>	<b>0,00</b>
Subvenção aos Grupos Parl.	909 347,04	1,0%	909 347,04	1,0%	0,00
<b>Outras despesas correntes</b>	<b>227 568,57</b>	<b>0,3%</b>	<b>221 692,93</b>	<b>0,2%</b>	<b>5 875,64</b>
Dotação provisional	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00
Diversas	227 568,57	0,3%	221 692,93	0,2%	5 875,64
<b>Capital</b>	<b>1 833 354,10</b>	<b>2,0%</b>	<b>1 442 991,50</b>	<b>1,6%</b>	<b>390 362,60</b>
<b>Aquisição de bens de capital</b>	<b>1 833 354,10</b>	<b>2,0%</b>	<b>1 442 991,50</b>	<b>1,6%</b>	<b>390 362,60</b>
Investimentos	1 659 625,06	1,8%	1 269 262,46	1,4%	390 362,60
Bens do Domínio Público	173 729,04	0,2%	173 729,04	0,2%	0,00
<b>Transferência de Capital</b>	<b>0,00</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,00</b>
Resto do Mundo	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00
<b>Total AR</b>	<b>62 091 773,54</b>	<b>68,5%</b>	<b>60 206 375,20</b>	<b>67,8%</b>	<b>1 885 398,34</b>
<b>Transf. Entidades Aut. e Subvenções</b>	<b>28 589 590,68</b>	<b>31,5%</b>	<b>28 589 590,68</b>	<b>32,2%</b>	<b>0,00</b>
<b>Transferências correntes</b>	<b>9 519 241,28</b>	<b>10,5%</b>	<b>9 519 241,28</b>	<b>10,7%</b>	<b>0,00</b>
Administração Central	9 519 241,28	10,5%	9 519 241,28	10,7%	0,00
<b>Subsidios</b>	<b>16 415 216,20</b>	<b>18,1%</b>	<b>16 415 216,20</b>	<b>18,5%</b>	<b>0,00</b>
Instituições/ fins lucrativos	16 415 216,20	18,1%	16 415 216,20	18,5%	0,00
<b>Transferências de capital</b>	<b>310 974,97</b>	<b>0,3%</b>	<b>310 974,97</b>	<b>0,4%</b>	<b>0,00</b>
Administração Central	310 974,97	0,3%	310 974,97	0,4%	0,00
<b>Outras Despesas capital</b>	<b>2 344 158,23</b>	<b>2,6%</b>	<b>2 344 158,23</b>	<b>2,6%</b>	<b>0,00</b>
Diversas	2 344 158,23	2,6%	2 344 158,23	2,6%	0,00
<b>Total Global</b>	<b>90 681 364,22</b>	<b>100,0%</b>	<b>88 795 965,88</b>	<b>100,0%</b>	<b>1 885 398,34</b>

O Quadro 20 evidencia os encargos transitados para 2017, e ainda a estrutura da despesa assumida e paga.

Considerando as despesas **correntes**, verifica-se uma execução financeira, face a encargos assumidos, de 97,5%, semelhante à de anos anteriores, tendo transitado por pagar o montante de €1.495.035,74.

Relativamente às **despesas de capital**, verifica-se uma execução financeira, relativamente a encargos assumidos, de 78,7%, face aos 81,2% de 2015, aos 55,6% de 2014 e aos 97,2% de 2013. Transitou para 2017 um valor de despesa, autorizada e não paga, de €390.362,60.

No que respeita às **transferências para as Entidades Autónomas e Subvenções**, a execução financeira, face aos encargos assumidos, é de 100%, em virtude de a AR proceder à transferência da totalidade das importâncias que comprometeu.

A despesa assumida que não teve execução financeira, dando lugar à transição de encargos para o exercício de 2017, deve-se, em parte, à inexistência do período complementar para o apuramento de contas – face ao encerramento do ano económico a 31 de dezembro- e também à existência de despesas autorizadas envolvendo pagamentos faseados no tempo, em função da evolução verificada nos projetos a que respeitam.

## 9.2 Das Receitas

Importa salientar que, na estrutura da receita, as cobradas pela Assembleia da República representam 0,5% das receitas totais. Por outro lado, estas receitas, cujo detalhe se apresentará em seguida, registaram, um decréscimo de 1,7% face ao valor cobrado em 2015 e, no seu conjunto, apresentam um grau de realização de 112,7% face ao montante orçamentado (cf. Quadro 22).

**Quadro 21 – EVOLUÇÃO DAS RECEITAS**

Unidade: Euro

Natureza das Receitas Cobradas	2015	2016	Var%
	1	2	3=2/1
Publicações, impressos e artigos diversos	23.075,68	27.732,13	20,2%
Outros bens	27.738,11	26.910,68	-3,0%
Juros	13.981,30	6.164,58	-55,9%
Reposições não abatidas	85.984,94	40.531,04	-52,9%
Vendas de senhas de refeição	247.950,55	273.744,30	10,4%
Rendas	46.652,88	42.387,61	-9,1%
Venda de bens de investimento	12.882,94	8.998,85	-30,1%
Receitas diversas - AR	802,89	24.581,70	2961,7%
<b>Receitas Cobradas</b>	<b>459.069,29</b>	<b>451.050,89</b>	<b>-1,7%</b>
<b>Saldo de Gerência do ano anterior - AR</b>	<b>23.734.976,10</b>	<b>26.584.987,02</b>	<b>12,0%</b>
<b>Transferências do OE (Corrente e Capital)</b>	<b>60.614.174,00</b>	<b>59.883.929,00</b>	<b>-1,2%</b>
<b>Total</b>	<b>84.808.219,39</b>	<b>86.919.966,91</b>	<b>2,5%</b>

Como se retira do Quadro 21 acima, a generalidade das receitas próprias da AR apresenta variações negativas, face ao ano anterior, com exceção das “Vendas de senhas de refeição”, “Receitas Diversas” e “Publicações Impressa e Artigos Diversos” e que apresentam acréscimos, respetivamente de 10,4% (€25.793,75), 2.961,7% (+23.778,81) e 20,2% (+€4.656,45).

O financiamento com origem no OE, que representa 68,9% do total do OAR2016 reflete, no que respeita à atividade da AR, uma variação negativa de 1,2% em relação a 2015, ano em que o financiamento do OE representou 71,5%. Se, para o efeito, não for considerado o saldo de gerência da AR de 2015, integrado no OAR2016 em sede de orçamento suplementar, o peso do financiamento do OE aumenta para 99,3%. As receitas orçamentadas e cobradas em 2016 constam do quadro abaixo:

**Quadro 22 – GRAU DE REALIZAÇÃO DAS RECEITAS EM 2016**

Unidade: Euro

Natureza	Receita OAR2016		
	corrigida	cobrada	GR%
	1	2	3=2/1
Publicações, impressos e artigos diversos	22.500,00	27.732,13	123,3%
Outros bens	27.040,00	26.910,68	99,5%
Juros	14.010,00	6.164,58	44,0%
Reposições não abatidas	44.900,00	40.531,04	90,3%
Vendas de senhas de refeição	240.000,00	273.744,30	114,1%
Rendas	46.500,00	42.387,61	91,2%
Venda de bens de Investimento	3.510,00	8.998,85	256,4%
Receitas diversas - AR	1.620,00	24.581,70	1517,4%
<b>Receitas Cobradas</b>	<b>400.080,00</b>	<b>451.050,89</b>	<b>112,7%</b>
<b>Saldo de Gerência do ano anterior - AR</b>	<b>26.584.987,02</b>	<b>26.584.987,02</b>	<b>100,0%</b>
<b>Transferências do OE (Corrente e Capital)</b>	<b>61.791.505,00</b>	<b>59.883.929,00</b>	<b>96,9%</b>
<b>Total</b>	<b>88.776.572,02</b>	<b>86.919.966,91</b>	<b>97,9%</b>

Da análise deste Quadro 22, constata-se que a receita própria cobrada pela Assembleia da República em 2016 foi superior à orçamentada, no que respeita à maioria das rubricas, apresentando um grau de execução orçamental de 112,7%, sendo que este indicador em 2015 foi ligeiramente inferior (103,1%).

A quebra na receita cobrada nos juros obtidos em 2016 decorre das reduções sistemáticas que as taxas têm sofrido nos últimos anos, acrescido do facto das aplicações a prazo serem exclusivamente efetuadas nas contas do Instituto de Gestão de Crédito Público (IGCP).

A evolução das vendas realizadas na Livraria Parlamentar encontra-se expressa no Gráfico 13, registando-se um acréscimo de 7,5%, face a 2015, (em valores absolutos de €3.829,37).

**Gráfico 14 – EVOLUÇÃO DAS VENDAS NA LIVRARIA PARLAMENTAR 2012-2016**



## 10. Situação Patrimonial da AR a 31 de dezembro de 2016

A informação financeira / patrimonial encontra-se registada num sistema integrado de gestão (SIGAR) desde 2010, incluindo, nomeadamente a que respeita a imobilizado e stocks, necessária à elaboração das demonstrações financeiras, relativas ao período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2016, visando a transparência, a conformidade legal e a regularidade financeira.

A análise ao Balanço e à Demonstração de Resultados de 2016 reflete um **Resultado Líquido do exercício negativo (€-1.171.335,53)**, em consequência de um montante global de €60.339.351,87 de proveitos e de €61.510.687,40 de custos.

A variação homóloga de -€3,1 milhões (este resultado em 2015 foi de €1.948.887,63) pode ser explicada por uma conjunção de fatores:

- Por um lado, da **diminuição dos proveitos em €0,95 milhões**, decorrente das transferências do OE, menores em 2016 (redução de €1.9 milhões em transferências do OE, seguindo a tendência de contenção dos últimos anos);
- por outro lado, os custos registaram um aumento de **2,2 milhões**, resultante da reversão das reduções remuneratórias.

Analisa-se de seguida alguns rácios que permitem avaliar e analisar a situação e a estrutura financeira.

A evolução dos Resultados Líquidos apurados nos últimos quatro anos consta do gráfico 14, que a seguir se apresenta:

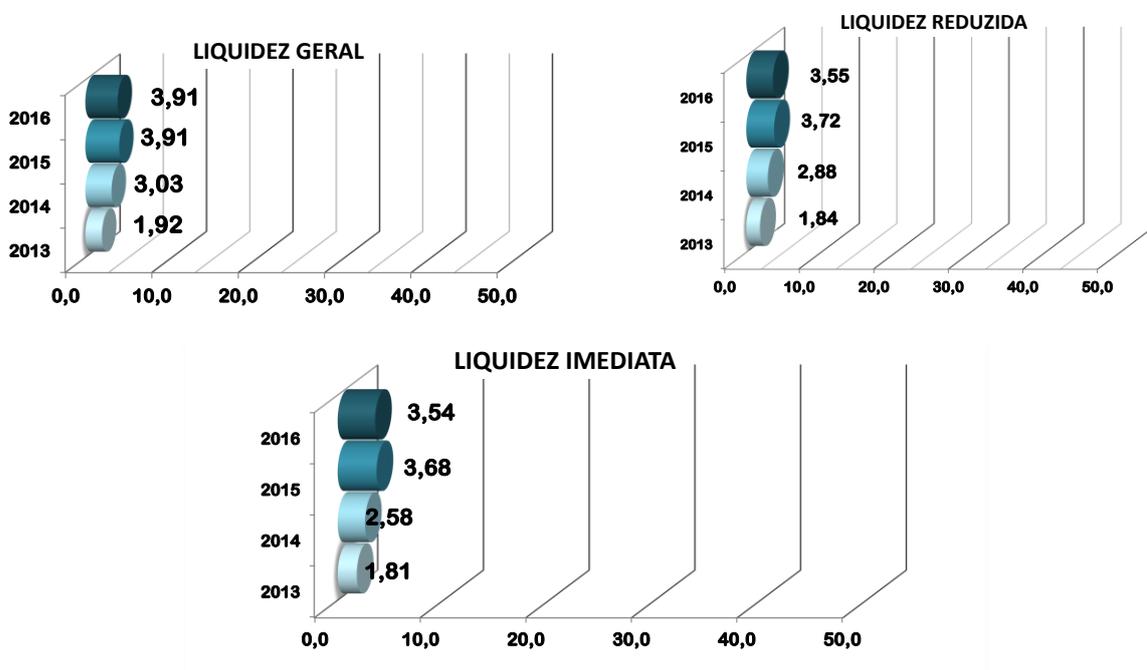
**Gráfico 15 – EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS**

Unidade: Milhares de Euro



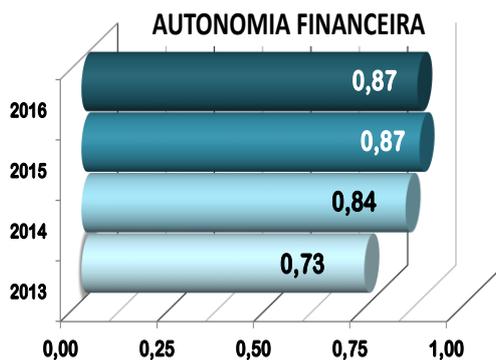
Do Balanço da Assembleia da República que reflete a situação patrimonial a 31/12/2016, extraem-se os rácios de liquidez, que na sua generalidade, por apresentarem valores superiores à unidade, revelam uma situação patrimonial confortável, estando a Assembleia da República apta a cumprir todos os seus compromissos.

Importa salientar a evolução dos últimos quatro anos que traduz um aumento do valor destes rácios o qual se deve ao saldo das subvenções autárquicas ainda na posse da Assembleia da República, no montante de €6,8 milhões, sendo €6.782.655,83 o valor relativo às autárquicas de 2013 e €67.477,79 o valor relativo às autárquicas de 2009.



A liquidez geral mede a relação entre o Ativo circulante (existências incluídas) / e as dívidas a terceiros de curto prazo, isto é, Ativo de curto prazo/Passivo de curto prazo.

No que se refere aos rácios de liquidez reduzida (Ativo Circulante - Existências/Dívidas a terceiros de curto prazo) e liquidez imediata (Disponibilidades/ Dívidas a terceiros de curto prazo), que representam 3,55 e 3,54, respetivamente, traduzem o nível de equilíbrio financeiro, significando que a Assembleia da República apresenta um excedente face às suas necessidades de tesouraria, conforme comprova o saldo de gerência apurado à data de 31/12/2016 (€26,7 milhões de saldo da AR, acrescido de 6,9 milhões do saldo das subvenções para as campanhas eleitorais).

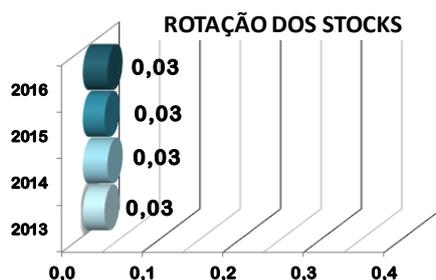
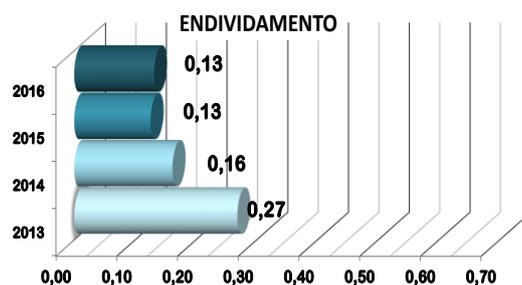
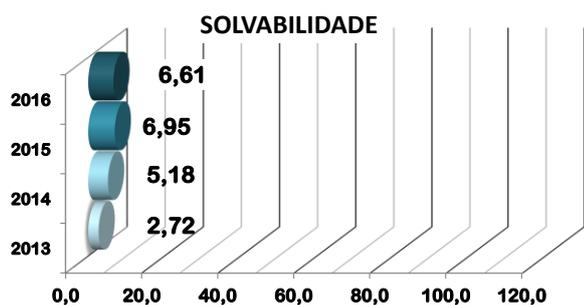


O indicador de Autonomia Financeira (Fundos Próprios/Ativo Líquido) em 2016 foi de 0,87, representando total autonomia e superando o exigido, dado que o indicador referencial deverá ser igual ou superior a 0,33.

Importa salientar que o indicador da dependência financeira, aqui denominado por Endividamento (Passivo/Ativo Líquido), apresenta, em 2016, um valor de 0,13, sendo que a soma do valor do indicador de Autonomia Financeira com o valor do indicador de Endividamento deverá ser igual a 1, o que se verifica.

No tocante ao indicador de Solvabilidade (Fundos Próprios/Passivo), o respetivo valor é de 6,61.

Destinando-se este indicador a medir a capacidade de a entidade desenvolver a respetiva atividade a médio prazo, não é de relevar o valor do indicador apresentado, atento o mecanismo legal que está subjacente ao financiamento deste órgão de soberania.





A rotação de stocks que mede a atividade da Livraria parlamentar (Vendas / Existências) deverá ser encarada de modo diverso de uma unidade comercial pura, dado que tem também um cariz de serviço ao cidadão, mais importa relevar a existência de um número significativo de exemplares em stock que constituem as edições da Assembleia da República.

Assim, a análise da evolução apresentada pelos indicadores supramencionados, no período de 2013 a 2016, reflete o progresso decorrente de um permanente aperfeiçoamento dos registos das operações contabilísticas, que será melhor observado com o aproveitamento em pleno da informação de apoio à gestão disponibilizada pelo sistema SIGAR.

## **Nota Final**

De acordo com os artigos 4.º e 59.º da Lei de Organização e Funcionamento dos Serviços da Assembleia da República (LOFAR), o Relatório e Contas são aprovados pelo Plenário da Assembleia da República, após apresentação à Assembleia da República do respetivo parecer do Tribunal de Contas.

Em conformidade com o disposto no n.º 4 do artigo 52.º da Lei nº 98/97, de 26 de agosto, relativa à Organização e Processo do Tribunal de Contas, republicada pela Lei nº 48/2006, de 29 de agosto, com as alterações subsequentes, a Assembleia da República procede à remessa da sua Conta de Gerência ao Tribunal de Contas até 30 de abril do ano seguinte a que diz respeito, para emissão de parecer nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 5.º do referido diploma legal.



## Serviços da Assembleia da República

Secretário-Geral  
Albino de Azevedo Soares

Adjunta do Secretário-geral  
Ana Maria Viegas Serpa Farrajota Leal

Adjunto do Secretário-geral  
José Manuel Saraiva de Lemos Araújo

Direção de Serviços de Apoio Técnico e Secretariado  
Cláudia Cristina Martins Ribeiro Diogo

Divisão de Apoio ao Plenário  
Ana Paula Simões de Abreu Correia Bernardo

Divisão de Apoio às Comissões  
Bruno Alexandre Dias Pinheiro

Divisão de Redação e Apoio Audiovisual  
João Nuno de Melo Cardoso do Amaral

Direção de Serviços de Documentação e Informação ao Cidadão  
Rui José Pereira Costa

Divisão de Informação Legislativa e Parlamentar  
Fernando Carlos Marques Pereira

Divisão de Edições  
Marlene de Fátima Bento Viegas Freire

Centro de Informação ao Cidadão e Relações Públicas  
Victor Manuel Pires da Silva

Biblioteca  
Paula Maria da Silva Granada

Arquivo Histórico-Parlamentar  
Maria Manuela Castelo Branco Neves Ferrão Sousa Magalhães

Direção de Serviços Administrativos e Financeiros  
Ana Margarida Serpa Soares Menino Vargas

Divisão de Recursos Humanos e Administração  
Maria João de Andrade Godinho Cardoso do Amaral

Divisão de Gestão Financeira  
Susana de Oliveira Torres Martins

Divisão de Aprovisionamento e Património  
Maria Cristina Aniceto de Mendonça Machado de Araújo Neves Correia



Gabinete de Relações Internacionais e Protocolo  
Ana Rita Manteigas Sousa Pinto Ferreira

Divisão de Relações Internacionais  
Dalila Xavier Dias Maulide

Divisão de Protocolo  
Maria Manuela Azóia Lopes

Centro de Informática  
Maria Antonieta Antunes Teixeira

Gabinete de Controlo Orçamental Externo  
Fernando Paulo da Silva Gonçalves

Centro de Formação Parlamentar e Interparlamentar  
João José da Costa Santos Gil

Museu  
Cátia Henriques Mourão Rodrigues